

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JÉSSICA SANTOS FONSECA

**EVOLUÇÃO AGRÍCOLA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NOS
MUNICÍPIOS DE SANTA LUZIA E BURITICUPU – MA**

São Luís – MA

2018

JÉSSICA SANTOS FONSECA

**EVOLUÇÃO AGRÍCOLA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NOS
MUNICÍPIOS DE SANTA LUZIA E BURITICUPU – MA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Welbson do Vale Madeira

São Luís – MA

2018

FONSECA, Jéssica Santos.

EVOLUÇÃO AGRÍCOLA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NOS MUNICÍPIOS DE SANTA LUZIA E BURITICUPU-MA / Jéssica Santos

Fonseca. - 2018.

78 f.

Orientador (a): Welbson do Vale Madeira.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal do Maranhão, 2018.

1. Agricultura. 2. Buriticupu. 3. Desenvolvimento Econômico. 4. Santa Luzia. I. MADEIRA, Welbson do Vale. II. Título.

JÉSSICA SANTOS FONSECA

**EVOLUÇÃO AGRÍCOLA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NOS
MUNICÍPIOS DE SANTA LUZIA E BURITICUPU – MA**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado (a) em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Welbson do Vale Madeira (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão

1º Avaliador Universidade Federal do Maranhão

2º Avaliador Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar venho agradecer à Deus, pelo fôlego de vida, por até aqui Ele ter me guardado e me abençoado, graças darei sempre a Ele.

Em segundo lugar, a minha mãe, Florismar, tudo que tenho devo a ela; sou grata por todos os ensinamentos, pelo zelo, amor, carinho e atenção me doado todos esses anos, minhas conquistas são oferecidas a essa mulher que é o meu maior exemplo de honestidade e caráter. Agradeço também aos meus familiares, que estiveram presentes na minha vida todos esses anos, me apoiando, aconselhando e dando forças para seguir em frente, dou glória a Deus pela vida de cada um.

Agradeço imensamente ao meu orientador, professor Welbson Madeira, tudo que aprendi com o senhor ao longo dessa graduação guardarei para o resto da minha vida. Sou muito grata pela atenção que me foi dada, por todos os dias que o senhor me recebeu e me deu uma luz, quando minha cabeça já não sabia como trabalhar. Quero agradecer em especial ao professor José de Ribamar Sá, que muito me ajudou na construção do segundo capítulo deste trabalho, mas não só nisso, ele sempre se mostrou disposto a me ajudar quando eu precisava de conselhos ou tinha dúvidas; e a professora Danielle Queiroz, que do início do projeto desta pesquisa até a conclusão esteve presente me aconselhando, tirando quaisquer dúvidas e me apoiando. Sou grata por ter tido o privilégio de ter esses professores ao meu lado nessa jornada.

Agradeço também aos demais professores que contribuíram para a minha formação ao longo desses cinco anos de graduação, obrigado por cada conteúdo ministrado e pelos ensinamentos fornecidos dentro e fora da sala de aula. Agradeço aos muitos amigos que fiz, em especial a Laura Passos, Vinícius Santos, Thiago Muniz, Larisse Guedes e Wantuil Kennedy Júnior, que estiveram comigo na maior parte do tempo de graduação e foram muito importantes nessa fase de conclusão, me aconselhando e me dando apoio para não desistir de concluir este trabalho; sou muito grata pela amizade de cada um.

Devo agradecer também, em especial, aos meus amigos Geylson Serra, que muito me ajudou nessa reta final de curso e, a Leandro Barros, que

me ajudou com minhas dúvidas, minha monografia não seria a mesma sem a ajuda de vocês, muito obrigada.

E por fim, agradeço a Universidade Federal do Maranhão por ter me proporcionado estar nesses cinco últimos anos cursando um curso de graduação, sua grata pela oportunidade que me foi dada.

RESUMO

Este trabalho tem como finalidade analisar a evolução agrícola dos municípios de Santa Luzia e de Buriticupu a partir da década de 1990, além de identificar as relações existentes entre agricultura e desenvolvimento econômico. Para isso, primeiramente, faz-se uma apresentação teórica sobre agricultura e desenvolvimento econômico; neste tópico, trataremos sobre o início da agricultura no Brasil e, através das abordagens sobre desenvolvimento econômico, identificar como se deu o desenvolvimento agrícola no país. Em seguida, temos um contexto histórico sobre os programas de colonização no Brasil, onde, é tratado desde seu surgimento no governo militar até a sua manifestação nos municípios de Santa Luzia e Buriticupu. Adiante, é feito um estudo ainda sobre as transformações ocorridas nesses municípios e, como ocorreu o desenvolvimento agrícola de cada município a partir da década de 1990. Por fim, serão apresentadas análises feitas a partir de indicadores econômicos; essas análises servirão como base para evidenciar se as transformações agrícolas ocorridas nos municípios estão ou não associadas ao (suposto) desenvolvimento econômico que aconteceu em Santa Luzia e em Buriticupu.

Palavras-chave: Agricultura; Desenvolvimento Econômico; Buriticupu; Santa Luzia.

ABSTRACT

This work aims to analyze the agricultural evolution of the municipalities of Santa Luzia and Buriticupu since the 1990s, in addition to identifying the relationships between agriculture and economic development. For this, first, a theoretical presentation is made on agriculture and economic development; in this topic, we will discuss the beginning of agriculture in Brazil and, through the approaches to economic development, identify how the country's agricultural development took place. Next, we have a historical context about the colonization programs in Brazil, where it is treated since its emergence in the military government until its manifestation in the municipalities of Santa Luzia and Buriticupu. Later, a study is made on the transformations occurred in these municipalities and, as occurred the agricultural development of each municipality from the 1990s. Finally, analyzes will be presented based on economic indicators; these analyzes will serve as a basis to demonstrate whether or not the agricultural transformations occurring in the municipalities are associated with the (supposed) economic development that took place in Santa Luzia and Buriticupu.

Key words: Agriculture; Economic development; Buriticupu; Santa Luzia.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
COMARCO	Companhia Maranhense de Colonização
EUA	Estados Unidos da América
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MA	Maranhão
MT	Mato Grosso
NA	Núcleo Avançado
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Pará
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Programa de Integração Nacional
PND	Programa Nacional de Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UF	Unidade Federativa
VAB	Valor Adicionado Bruto

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

FIGURA 1	Localização do município de Buriticupu.....	43
FIGURA 2	Localização do município de Santa Luzia.....	43
TABELA 1	Empresas instaladas e trabalho no município de Buriticupu.....	68
TABELA 2	Empresas instaladas e trabalho no município de Santa Luzia.....	68

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Área ocupada por plantações nos municípios de Santa Luzia e Buriticupu.....	47
GRÁFICO 2	Valor da produção agrícola em Santa Luzia e Buriticupu.....	48
GRÁFICO 3	Produtividade agrícola por área plantada em Santa Luzia e Buriticupu.....	49
GRÁFICO 4	Valor da produção das lavouras temporárias em Santa Luzia e Buriticupu.....	50
GRÁFICO 5	Valor da produção das lavouras permanentes em Santa Luzia e Buriticupu.....	52
GRÁFICO 6	Produto Interno Bruto – PIB municipal de Santa Luzia e Buriticupu.....	55
GRÁFICO 7	PIB <i>per capita</i> de Santa Luzia e Buriticupu.....	56
GRÁFICO 8	População Recenseada de Santa Luzia e Buriticupu.....	57
GRÁFICO 9.1	Valor Adicionado Bruto por atividade econômica no PIB – Buriticupu.....	58
GRÁFICO 9.2	Valor Adicionado Bruto por atividade econômica no PIB – Santa Luzia.....	59
GRÁFICO 10	Evolução do IDH municipal de Santa Luzia e Buriticupu.....	60
GRÁFICO 11	Evolução do Índice de Gini dos municípios de Santa Luzia e Buriticupu.....	61
GRÁFICO 12.1	Nível de escolaridade da população de Buriticupu.....	63
GRÁFICO 12.2	Nível de escolaridade da população de Santa Luzia.....	64
GRÁFICO 13	Número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família em Santa Luzia e Buriticupu.....	65
GRÁFICO 14	Percentual da população pobre ou vivendo acima da linha da pobreza em Santa Luzia e Buriticupu.....	66
GRÁFICO 15	Percentual da população que possui acesso à eletricidade em Santa Luzia e Buriticupu.....	67

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	16
2.1. Capitalismo e agricultura.....	16
2.2. Desenvolvimento econômico e agricultura.....	23
2.2.1. A agricultura na teoria do desenvolvimento econômico brasileiro...30	
3. COLONIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E TRANSFORMAÇÕES NOS MUNICÍPIOS DE SANTA LUZIA E BURITICUPU – MA.....	34
3.1. Movimento de Colonização e assentamentos realizados na década de 1970.....	34
3.1.1. Os efeitos da Colonização e dos assentamentos nos municípios de Santa Luzia e Buriticupu.....39	
3.2. Transformações na realidade do setor agrícola em Santa Luzia e Buriticupu a partir da década de 1990.....	46
4. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NOS MUNICÍPIOS DE SANTA LUZIA E BURITICUPU – MA.....	54
4.1. Desenvolvimento econômico nos municípios de Santa Luzia e Buriticupu nas últimas décadas.....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS.....	74

1. INTRODUÇÃO

A temática proposta nesse trabalho é de analisar a evolução agrícola de determinado lugar e o seu desenvolvimento, é algo bem complexo, e as suas particularidades devem ser expostas da melhor forma para que as pessoas que venham a ler este trabalho compreendam da mesma visão que o autor teve desde a escolha do tema até a sua conclusão. A análise como se dá, ou como se deu tal processo, exige do autor uma gama de conhecimentos associados à diversas áreas da graduação, que, se interconectam, e que devem ser pensadas de forma conjunta para que o estudo deste trabalho venha a ser completo.

O reconhecimento dessa complexidade e dessa interconexão torna-se necessário logo no início desse trabalho. A princípio, pode-se indagar sobre os objetivos desse trabalho: afinal, como será tratado sobre evolução agrícola e desenvolvimento econômico de dois municípios conjuntamente? Ou, até mesmo: qual a ligação desses dois municípios através da junção de evolução agrícola e desenvolvimento econômico? A partir disso, inicia-se a proposta deste trabalho de monografia.

A escolha do tema deste trabalho surgiu a partir do envolvimento na pesquisa “Transformações econômicas e socioespaciais na área de influência da Estrada de Ferro Carajás”, no estado do Maranhão, coordenada pelo professor Welbson Madeira, do Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão. De forma mais específica, foram realizados trabalhos de campos nos municípios de Buriticupu e Santa Luzia, onde, pudemos conhecer melhor a história da região, conversando com moradores locais e vivenciando o cotidiano desse povo.

Este trabalho tem como objetivo principal analisar como se deu a evolução agrícola nos municípios de Santa Luzia e Buriticupu, a importância que essa evolução teve para o desenvolvimento econômico da região e investigar em que situação se encontram as economias desses municípios atualmente.

Dentre os objetivos específicos, três se destacam: o primeiro diz respeito a apresentar as principais teorias que tratam sobre agricultura e desenvolvimento econômico, suas hipóteses, variados pontos de vista e conclusões acerca de sua utilidade; o segundo trata sobre a análise da importância que a agricultura teve no processo de desenvolvimento dos municípios de Santa Luzia e de Buriticupu, a partir dos eventos de colonização

e assentamentos; o último é de verificar em qual situação se encontram os municípios de Santa Luzia e Buriticupu hoje e, identificar se o desenvolvimento agrícola foi passageiro ou se persiste até os dias atuais.

Estudar como se deu a evolução de uma região permite compreender como se deu o processo de desenvolvimento da mesma, além de todos os fatos históricos por trás disso. Portanto, no primeiro capítulo, de caráter teórico, tem-se o objetivo de demonstrar a importância da agricultura e sua relação para o conjunto da economia, relacionado ao processo de desenvolvimento econômico. Em continuação, trataremos também de alguns autores e suas visões sobre desenvolvimento econômico; será feita ainda uma relação entre desenvolvimento econômico e agricultura, apresentando como se deu esse processo no Brasil.

O segundo capítulo deste trabalho nos apresenta uma melhor visão sobre os dois municípios estudados: Santa Luzia e Buriticupu. Para que se compreenda as transformações que ocorreram nos municípios, logo de início é apresentado o contexto histórico de como se deu o movimento de colonização no Brasil e os percursos seguidos até a chegada desse projeto em Santa Luzia (Buriticupu até então era um povoado pertencente ao município de Santa Luzia), mais ou menos por volta dos anos de 1970. O processo de colonização trouxe não somente milhares de migrantes para a região, mas também novas formas de manejo da terra; os colonos que viviam nesse território a esta época passaram a tratar a agricultura como meio não só de sobrevivência, mas também como uma forma de se desenvolver, algumas madeireiras também foram criadas nesse período com a mesma visão de desenvolvimento. No final do capítulo serão apresentadas algumas transformações que ocorreram na agricultura dos municípios, a partir da análise de séries de indicadores selecionados.

O último capítulo trata sobre o desenvolvimento econômico dos municípios e os resultados deste trabalho. Essa investigação será feita a partir de indicadores que medem se ocorreu ou não um desenvolvimento em um determinado lugar, como o Produto Interno Bruto – PIB – e o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH –, por exemplo. Esse estudo será feito com a utilização de séries temporais, que irão demonstrar o comportamento dos municípios de Santa Luzia e Buriticupu em anos distintos.

Os materiais que serão utilizados como referência para este trabalho estarão divididos de acordo com cada parte do mesmo: na parte de cunho mais teórico serão utilizados artigos científicos, dissertações, livros dos respectivos assuntos e sites ligados ao objeto de pesquisa. Quando a utilização de dados for necessária para compor um raciocínio ou explicar certo argumento, utilizar-se-á fontes como a FAPEMA (onde encontram-se uma quantidade de dados significativa sobre a pesquisa), SIDRA, IMESC e também as séries históricas do banco de dados do IBGE (para informações sobre o crescimento do PIB ao longo dos anos, por exemplo).

2. AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O objetivo deste capítulo é evidenciar a importância da agricultura em relação ao conjunto da economia, no processo de desenvolvimento econômico. Desse modo, partiremos dos estudos sobre a transição do feudalismo para o capitalismo e as demais transformações que ocorreram entre eles. Tomaremos as contribuições de Marx sobre acumulação primitiva e de Alberto Passos Guimarães para explicar como se deu esse fato no mundo e no Brasil. Trataremos também como se deu o desenvolvimento da agricultura dentro do capitalismo, analisando os fatos que levaram à agricultura ser o que é hoje e, todos os processos que foram percorridos.

Logo em seguida, trataremos sobre a teoria do desenvolvimento econômico. De início, faremos uma breve análise sobre a teoria de estágios de crescimento para servir como introdução aos estudos que traremos sobre desenvolvimento econômico. Neste trabalho, alguns autores aparecem como destaque aos estudos de desenvolvimento econômico: primeiramente Arthur Lewis, com suas análises sobre oferta ilimitada de mão de obra em países populosos; em seguida, Walt Whitman Rostow, com sua teoria de desenvolvimento da economia por etapas; e, por fim, Celso Furtado e os cepalinos, com suas análises sobre a América Latina e subdesenvolvimento.

Exposta todas essas teorias e estudos, podemos dar início a compreensão sobre o real estudo deste trabalho, que é a evolução e desenvolvimento econômico dos municípios de Santa Luzia e Buriticupu; este estudo será baseado em alguns processos que ocorreram na microrregião de Pindaré-MA (desde os assentamentos e colonização ocorridos na década de 1970 até os tempos atuais) a fim de que, hoje, seja possível uma análise de como esses municípios se desenvolveram ao longo dos anos. Toda essa parte teórica inicial é de imensa importância para que o leitor compreenda quais fatos levaram ao ponto de partida desta pesquisa.

2.1. Capitalismo e agricultura

Ao iniciar um estudo sobre o capitalismo, considerando o ordenamento histórico, é importante apresentar primeiro a transição do

feudalismo para o capitalismo. Esta acumulação foi chamada de primitiva, por Marx, por ser considerada o princípio do capitalismo.

Segundo Marx, a acumulação é resultado de um longo processo histórico, em que foi necessário primeiro ocorrer uma “decomposição da estrutura econômica feudal vigente para uma nova estrutura econômica, a capitalista” (MARX, 2003, p. 828).

O autor chama essa acumulação de “primitiva” porque ela é anterior a acumulação capitalista, ou seja, ela surgiu no modo de produção anterior ao capitalismo; todavia, o capitalismo foi o seu ponto de partida. Ainda segundo Marx, essa acumulação é primitiva “porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista” (MARX, 2003, p. 828).

Muitos foram os mecanismos que possibilitaram o surgimento dessa acumulação; a princípio, o importante para esse estudo é destacar somente que esse processo se deu, inicialmente, na agricultura. As transformações na agricultura foram muitas e, destaca-se o processo de cercamento (*enclosure*)¹ dos campos, particularmente na Inglaterra. Ao cercar as terras, os proprietários estavam dando início ao que seria, futuramente, a propriedade capitalista no campo; uma vez que, o que existia, até o dado momento, era a propriedade comunal.

No período de transição do feudalismo para o capitalismo, dois processos ocorreram simultaneamente: a expropriação das terras dos camponeses – que eram servos – e a proletarização desses camponeses, que foram transformados em operários nas manufaturas e indústrias que surgiam.²

No mesmo rumo de análise de Marx, Pinto entende que:

A origem do capitalismo pode ser encontrada no processo de desintegração do chamado feudalismo. A transformação dos camponeses em trabalhadores assalariados, a retirada dos meios de produção desses últimos (ferramentas, instrumentos agrícolas, terras, etc.), a formação de uma classe burguesa e o desenvolvimento do comércio estão entre as causas originárias do capitalismo (PINTO, 2014, p.02).

¹ Cercamentos são os processos de exclusão dos trabalhadores de seu meio de sustento, as terras produtivas, na transição do feudalismo para o capitalismo, mediante sua transformação em propriedade. Os cercamentos legais foram um fenômeno ocorrido na Inglaterra, que marcam o início da Revolução Industrial.

² É importante destacar que o processo de expropriação não se deu só no campo, ele ocorreu também na atividade industrial, mas, com suas particularidades (FALCON; MOURA, 1993 *apud* FARIA; MARQUES; BERUTTI, 1993).

O processo de capitalismo europeu foi crescendo aos poucos, com o surgimento de comércios, burgos, as cidades e a burguesia. Neste momento, começa a aparecer a oposição contra a terra, como posse comum dos camponeses servos e o capital resultante do lucro mercantil; ou a oposição entre feudalismo e capitalismo. “Podemos ver ainda uma separação econômica, social e cultural entre o campo e a cidade” (MORISSAWA, 2001, p.25). Ou seja, a burguesia medieval implantou uma nova estrutura à economia europeia, na qual, a busca pelo lucro e a circulação de bens comercializáveis em diferentes regiões ganham mais espaço.

De forma bem resumida, podemos perceber como surgiram os comércios, as cidades, os burgueses; as oposições entre terra e capital, campo e cidade, e o início do capitalismo. Se já existiam antes no campo os senhores feudais e os servos, agora, surgem os donos de capital, os burgueses e os trabalhadores “livres”. Estes últimos, para poder garantir sua subsistência e de sua família, passaram a vender a sua força de trabalho aos proprietários de terra e/ou das manufaturas e indústrias.

Essa passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista não ocorreu de forma tranquila. Ao serem expropriados de suas terras, muitos indivíduos sem trabalho foram obrigados a mendigar e andar pelas estradas, sem rumo. O Estado, que era representado por suas “autoridades”, passou a reprimir esses indivíduos com extrema violência, como afirma Marx (2003, p. 831) “a massa de proletários, de indivíduos sem direito, que por toda parte enchiam inutilmente os solares”.

No caso específico do Brasil, tese sobre o feudalismo surgiu nos primeiros anos da década de 1960, quando o debate político no país buscava novas orientações para o processo de desenvolvimento econômico que se anunciava. Alberto Passos Guimarães (1963) indicou que as transformações capitalistas da agricultura brasileira ao longo do século XX tinham sido insuficientes, já que a estrutura agrária do país pouco tinha se desenvolvido desde o feudalismo. Essa característica, segundo o autor, representava um grande obstáculo para o desenvolvimento agrícola e econômico do país.

A herança feudal do latifúndio brasileiro mantinha alguns elementos que eram associados ao atraso da agricultura nacional, e representavam um empecilho à industrialização e ao desenvolvimento capitalista do país. Para Guimarães (1963) a agricultura poderia ajudar no desenvolvimento econômico, mas não o resolveria.

As relações de produção herdadas do feudalismo colonial brasileiro teriam proporcionado esse entrave desenvolvimentista. Em “Quatro séculos de latifúndio”, Guimarães enfatiza o monopólio feudal e colonial da terra como a mais importante dessas relações.

O monopólio feudal e colonial é a forma particular, específica, por que assumiu no Brasil a propriedade do principal e mais importante dos meios de produção na agricultura, isto é, a propriedade da terra. O fato de ser a terra o meio de produção fundamental na agricultura indica um estágio inferior da produção agrícola, peculiar às condições históricas pré-capitalistas. À medida que o capitalismo penetra na agricultura, vão-se desenvolvendo os demais meios de produção [...], de tal maneira que numa agricultura plenamente capitalista, esses passam a ser os principais meios de produção. Quanto à agricultura brasileira, é fato comprovado pelos dados estatísticos que continua a caber à terra aquele papel predominante no conjunto dos meios de produção. Por isso, na situação objetiva de nossa agricultura, dominar a terra e monopolizá-la significa ter, praticamente, o domínio absoluto da totalidade dos meios de produção agrícolas (GUIMARÃES, 1963, p.35).

Esse aspecto feudalista se identificava com as opiniões dos cepalinos da época, que procuravam mostrar que a estrutura agrária brasileira absurdamente concentrada era limitadora ao processo de industrialização. Em função disso, o mercado interno não se ampliava para novas indústrias, pois, existia uma elevada concentração de renda e a maior parte da população era agrícola.

Com o crescimento da oferta de matéria-prima e de alimentos para o mercado interno, sem comprometer o setor exportador, a interpretação de Guimarães ficou prejudicada. Dessa forma, a visão do capital monopolista no campo é um dos centros para a nova revisão de Guimarães (1979), quando ele identifica a marginalização da pequena produção. Guimarães apontava para uma nova reforma agrária, aonde, a solução para esse problema seria o pequeno produtor ser proprietário dos meios de produção.

Caio Prado Júnior indicou ser equivocada essa interpretação de atraso na agricultura brasileira e não concordava que existiam restos feudais; a presença do trabalho escravo e o caráter mercantil que a economia demonstrava negavam os fundamentos econômicos do feudalismo. Além disso, a existência de um mercado de trabalho livre seria o suficiente para considerar inadequada a definição feudal à economia brasileira.

Após 1964, Caio Prado Júnior (1966) toma como foco os traços capitalistas da agricultura brasileira. As condições de vida precárias dos trabalhadores rurais causados pelos baixos salários e a precariedade das relações trabalhistas tornaram-se os grandes responsáveis pelos problemas agrários. Caio Prado identifica que a problemática rural brasileira estava ligada à problemas com a estrutura agrária – como o mercado de trabalho, as relações trabalhistas –, já inseridos na dinâmica capitalista e, que eles seriam impropriamente agrários. Em “Revolução brasileira” (1966) o autor indica que a solução não estaria na reforma agrária generalizada e de caráter camponês, mas sim, na melhoria das condições de emprego da população rural.

A abordagem capitalista negava os “restos feudais” e indicava um caráter autoritário na agricultura brasileira. Argumentava a inexistência do perfil feudalista através da presença do latifúndio como o grande canal exportador brasileiro; seria no latifúndio capitalista que haveria autoritarismo nas relações de trabalho, herdadas do colonialismo. A abordagem capitalista, então, seria a atualização da questão agrária no campo, diferentemente da abordagem feudalista, que visava a criação de amplo mercado consumidor.

O modo de produção capitalista, na sua fase mercantilista, teve sua inserção no Brasil primeiramente no campo, desde o início da colonização, ou seja, a partir do século XVI. O sistema colonial vigente estava relacionado com o capitalismo europeu, na medida em que a organização da colonização era baseada em uma economia assentada na produção agrícola, com inclinações para o mercado externo e com utilização de mão de obra forçada, mantida pelo tráfico de escravos e baseado na expropriação de terras dos indígenas.

Durante muitos séculos foi predominante no Brasil um sistema agrícola que era composto por latifúndios, monoculturas e mão de obra escrava,

que existiram até o final do século XIX. A produção era baseada a partir de interesses burgueses; no que se refere à divisão internacional do trabalho, o Brasil tinha o papel de fornecer produtos primários para a metrópole portuguesa e, em troca, recebia produtos manufaturados.

Os senhores de engenho e os grandes comerciantes faziam parte da população mais rica da região, eles importavam e exportavam mercadorias de todo feito. Abaixo desta camada rica estavam os trabalhadores pobres, que eram constituídos por agricultores, pescadores, comerciantes, dentre outros. Por fim, completando esta pirâmide, estavam os escravos – que eram a base da força de trabalho – e os indígenas – que trabalhavam em regime de servidão – que, aos poucos, foram sendo dissipados.

Era de “paz e sossego” a vida brasileira antes de começar a nossa história [...]. A terra era um bem comum, pertencendo a todos, e muito de longe se achavam seus donos de suspeitar que pudesse alguém pretender transformá-la em propriedade privada (GUIMARÃES, 1964, p. 09).

Essa “paz”, foi dando lugar à violência, na medida em que a metrópole foi se expandindo e se exigia cada vez mais envio de riquezas para Portugal. Ou seja, as mudanças que ocorriam nesse processo, como nos alerta Guimarães (1994, p. 13) “foram simples decorrência das necessidades econômicas da metrópole que a levavam a optar por outras formas de exploração da terra conquistada”.

Tratando agora especificamente sobre a questão do trabalho escravo no Brasil, a compra e venda dos escravos, o trabalho nas plantações de cana, a ocupação nas terras indígenas ou a expulsão e genocídio desses povos permitiu que a primeira acumulação fosse possível, para que posteriormente tivesse um investimento na indústria. Faria (1993) mostra como se dava essa relação:

O baixo custo da produção era conseguido com a utilização de trabalho escravo. Além da necessidade de baixar os custos da produção dos produtos de exportação que garantia aos comerciantes metropolitanos a apropriação dos altos lucros; é preciso considerar que dentro do contexto da acumulação de capital, o tráfico de escravos era uma das mais rentáveis operações comerciais do período (FARIA, 1993, p. 98).

Portanto, a escravidão constituiu, no caso brasileiro, um dos fatores – ou ponto de partida – necessários à acumulação de capital, ou então, como uma

preparação do capitalismo no campo. Gorender (1994) defende uma visão própria da gênese do desenvolvimento capitalista na agricultura, a partir da postura teórica Marxista.

A formação do capitalismo, inclusive no campo do Brasil, a partir do modo de produção escravista-colonial – eis, finalmente, uma nova e recente concepção. Aqui temos uma origem completamente diferente da europeia, contudo passível de explicação com o rigor da metodologia do materialismo histórico. Não será novidade se disser que me filio, a essa última tese, à tese da origem do capitalismo brasileiro a partir do modo de produção escravista colonial (GORENDER, 1994, P.21).

Quando o autor destaca as especificidades do desenvolvimento econômico do país, ele nega o caráter feudal da agricultura brasileira. Segundo ele, o desenvolvimento geral da formação econômica e social do Brasil foi direcionado ao capitalismo. Gorender (1994) indica que dois modos de produção se desenvolveram no país durante o período escravista: o modo de produção escravista colonial, com a propriedade latifundiária, e o modo de produção dos pequenos cultivadores escravistas, baseado na economia natural e na pequena propriedade.

Uma explicação para qual relação existe entre capitalismo e agricultura também pode ser vista em Kautsky (1972):

O sistema de produção capitalista desenvolve-se em regra (com exceção de algumas colônias) em primeiro lugar nas cidades, em primeiro lugar nas indústrias. A maior parte das vezes a agricultura escapa durante muito tempo à sua influência. Mas a evolução industrial já conseguiu modificar o caráter da produção agrícola (KAUTSKY, 1972, p. 23).

Segundo Gorender (2002), essa definição de modo de produção capitalista, tal como indicada por Kautsky, também é válida para a agricultura. Isso acontece na medida em que a agricultura se incorpora ao modo de produção capitalista e, dessa forma, passa a fazer parte como um dos seus ramos industriais, da produção capitalista. Neste caso, Gorender (2002) acrescenta: “a agricultura não é simplesmente a agricultura, ela é também um ramo industrial, como a siderurgia, tecelagem, o ramo mecânico [...]”.

Para Ianni (2004), existe uma estreita relação entre indústria e agricultura, no sentido de que a industrialização e a urbanização modificaram, de modo significativo, o mundo agrário. Ou seja, essas etapas causaram uma

revolução na agricultura; segundo o autor, pode ser chamado de “industrialização e urbanização do campo”.

Como afirma Ianni (2004), “a cidade e a indústria não deixam de ter raízes agrárias”; e “em termos sociais, econômicos, políticos e culturais, é forte a presença do mundo agrário no mundo urbano. As classes sociais agrárias e urbanas misturam-se e influenciam-se em muitos lugares” (IANNI, 2004, p. 07). Enquanto isso, Oliveira (2002, p. 53) entende que “com relação aos processos contraditórios e desiguais do capitalismo, devemos entender que eles têm sido feitos no sentido de ir eliminando a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano, unificando-os numa unidade dialética”. Ou seja, as características de cada realidade devem se fazer presentes nestes espaços aparentemente diferentes.

2.2. Desenvolvimento econômico e agricultura

Para esse tópico, traremos inicialmente da visão da abordagem dos estágios de crescimento. Na teoria dos estágios de crescimento, a sistematização do processo de crescimento econômico dentro de um esquema de estágios sequenciais representou uma tendência persistente no pensamento econômico. Serão apresentados inicialmente três abordagens que tratam sobre estágios de crescimento: Friedrich List e a Escola Histórica Alemã, Karl Marx e os marxistas e Rostow; tanto List quanto Marx deram ênfase a cinco estágios no processo de desenvolvimento, entretanto, seus estágios se baseavam em princípios diferentes. Todavia, o trabalho de List acabou se tornando mais atual, onde ele indicava que as políticas nacionalistas realizavam a transformação de uma economia agrícola para uma industrial.

List (1966) baseou sua classificação de acordo com as mudanças de distribuição ocupacional. Seus cinco estágios são: selvagem, pastoral, agrícola, agrícola-industrial e agrícola-industrial-comercial. Segundo ele, o progresso na agricultura só poderia ocorrer se fosse estimulado pela demanda externa ou pelo impacto do desenvolvimento industrial doméstico, todavia, List considerou o desenvolvimento industrial doméstico como o gerador mais importante para o progresso agrícola. A indicação política de List, para as economias em

desenvolvimento do século XIX, era de encorajar a industrialização através de proteção às “indústrias nascentes”, que eram planejadas para promover o crescimento tanto de substituição de importações como de exportações industriais.

Marx baseou a sua classificação dos estágios a partir das mudanças nas tecnologias de produção associadas ao sistema de direitos sobre a propriedade e a ideologia. Seus estágios são definidos como: comunismo primitivo, escravidão antiga, feudalismo medieval, capitalismo industrial e socialismo. Nesse sistema de Marx, a evolução das economias se daria a partir destes estágios que seriam impulsionados por forças geradas entre duas lutas de classes: uma classe que controla os meios de produção, e outra que possui apenas a sua força de trabalho.

Marx avaliou o crescimento da produtividade agrícola como uma pré-condição para a emergência do capitalismo industrial; ao contrário dos clássicos, Marx indicou que os retornos crescentes de escala seriam uma fonte importante de crescimento, tanto no setor agrícola como no setor industrial. Marx considerou ainda que as mudanças estruturais – que levariam à eliminação da agricultura camponesa – seriam um passo essencial no desenvolvimento agrícola.

De forma alternativa à abordagem de Marx, Rostow chegou com sua teoria, durante os anos 60, para pegar seu espaço na corrente dos estágios de crescimento. Em sua teoria, a preocupação estava ligada ao processo através do qual uma sociedade passaria de um estágio para o outro; suas análises tinham como objetivo fornecer orientação política aos líderes dos países em desenvolvimento.

A abordagem de Rostow parte da premissa de que a “desaceleração é o percurso normal de um setor, devido ao impacto de uma variedade de fatores que nele operam, tanto do lado da oferta como da demanda” (ROSTOW, 1960, p. 13). O problema para a transição, e para o crescimento econômico, se resumiria em como controlar a tendência para desaceleração em setores individuais e manter o crescimento da economia.

Todas essas análises da teoria de estágios estudadas tratam de uma transição de uma sociedade agrícola para uma sociedade industrial como sendo

o maior problema da política de desenvolvimento econômico. Tanto o sistema de Marx como o de Rostow atribuem ao setor agrícola um papel dinâmico nesse processo de transição e, portanto, para o desenvolvimento econômico.

Portanto, partiremos agora para analisar algumas teorias relevantes para este trabalho. Iniciando os estudos sobre desenvolvimento econômico, apresentaremos as contribuições de Arthur Lewis (1954); em seus estudos, Lewis reconhece que em certas partes do planeta, altamente populosas – como Ásia e África –, há excesso de mão de obra. A partir desses excessos, a maior parte dessa mão de obra se dedica às atividades com baixa produtividade. Dessa forma, eles constituiriam um de subsistência. Em contrapartida, uma pequena parcela de mão de obra emprega-se em atividades com padrões superiores de produtividade e tecnologia, típicas de um setor capitalista.

A baixa produtividade no setor de subsistência decorre do número excessivo de unidades de trabalho em atividades como a agricultura e, isso, acaba fazendo com que as remunerações se estabeleçam em níveis suficientes apenas à sobrevivência. De certo modo, esse excesso pode ser tão elevado que mesmo com a retirada de trabalhadores, as remunerações e o produto médio permaneçam inalterados durante algum tempo. Oposto disso, o setor capitalista, refletido em indústrias e em economias urbanas, obtém níveis superiores de produtividade, em função do uso de estoques de capital, tecnologia e mão de obra qualificada.

O excesso de mão de obra e a escassez no estoque de capital explicam os baixos níveis de renda *per capita* e de poupança, em termos agregados; mas, ao mesmo tempo, dá oportunidade de alteração desses mesmos padrões por meio do crescimento do setor capitalista, como proposto pela economia clássica, vem decorrer da possibilidade de obtenção de lucros excedentes e do seu investimento em períodos seguintes. A elevada disponibilidade de trabalho no setor de subsistência a baixos níveis de remuneração é justamente o que permite ao setor capitalista a acumulação dos excedentes.

O que diferencia Lewis dos clássicos é que, na sua opinião, para que possam atrair e efetivamente drenar mão de obra, os capitalistas deveriam pagar

um “prêmio” sobre o salário de subsistência. O novo nível salarial deveria ser suficiente para suprir os custos associados à vida urbana, à troca da vida no campo pelo ambiente mais complexo das cidades e deveria também surgir uma pressão da nova classe trabalhadora vinculada ao capital para o atendimento as suas novas necessidades de consumo.

Esse esquema da transformação estrutural explica, segundo Lewis, a transição das economias que antes poupavam cerca de 4% ou 5% de sua renda, para as economias que poupam de 12% a 15%. Mas não somente isso, explica também a elevação do padrão de renda *per capita*, consumo e produtividade à medida que o setor de subsistência é substituído pelo setor capitalista. Essa transformação segue até o completo esgotamento do setor de subsistência; nesse ponto, os salários passam a corresponder positivamente à acumulação e eliminam gradativamente os lucros em excesso. O consecutivo declínio da taxa de lucro reduz o crescimento do estoque de capital a uma taxa líquida, porém, corresponde agora a uma taxa de lucro de uma economia desenvolvida.

Rostow (1960) propõe uma teoria dinâmica da produção, baseada na observação das sociedades existentes, e não em modelos teóricos que consideram o desenvolvimento econômico como um processo de desdobramentos encadeados em etapas que se articulam. Suas ideias foram influenciadas pela sucessão de diferentes momentos históricos que caracterizam o desenvolvimento europeu, tais como a Revolução Industrial, a Segunda Guerra Mundial e a reconstrução dos países atingidos no período do pós-guerra.

O conceito de desenvolvimento, segundo Rostow, está vinculado ao crescimento econômico, o qual se daria com a industrialização. Rostow acreditava que o desenvolvimento econômico teria suas bases consolidadas através da intervenção setorial na economia, de modo que o crescimento industrial se traduziria em modernização. Após a Segunda Guerra, os países procuraram acelerar o crescimento econômico, aumentar a renda e diminuir a pobreza por meio de medidas de industrialização compulsória; por meio desse processo, Rostow confrontou diversas sociedades através das perspectivas econômicas, mostrando quais seriam as condições necessárias para se alcançar a modernização almejada.

Em sua obra “As etapas do crescimento econômico: um manifesto não comunista”, Rostow estabeleceu possibilidades de desenvolvimento econômico dividido em cinco etapas; tratam-se de fases que um país deveria atravessar para atingir o desenvolvimento e que poderia classificar uma sociedade de acordo com os estágios econômicos. A passagem de um estágio para o outro envolveria alterações nos padrões de produção, a partir de três fatores principais: poupança, investimento e consumo.

Ao mesmo tempo, Rostow parte do pressuposto de que, para se obter uma nova ordem capitalista, em nível internacional, o desenvolvimento deveria ser visto como uma ideologia, de forma que os países considerados desenvolvidos tivessem nele seu foco principal. Assim, Rostow aponta que ao se impulsionar o desenvolvimento para os demais países, as economias consideradas desenvolvidas, além de expandir suas ideias capitalistas, poderiam auxiliar os demais países com empréstimos e auxílio técnico.

O ponto de partida para se analisar a contribuição de Celso Furtado poderia ser definido como “a economia política do desenvolvimento latino-americano”. Dessa forma, permite-se identificar fatores que distinguem sua teoria das demais teorias constituídas no pós-guerra, quando o “desenvolvimento” ganha significado e adentra no debate político-institucional. Em sua opinião, Furtado afirma que “era necessária uma nova formulação capaz de ‘descer ao estudo de situações concretas’ e reconhecer que os ‘processos de desenvolvimento não se davam fora da história’, no caso, o contexto peculiar do desenvolvimento periférico latino-americano” (FURTADO, 1992, p.05).

Assim, Celso Furtado e outros intelectuais ligados à CEPAL passaram a destacar a necessidade da criação de novas teorias para a interpretação e a análise dos processos econômicos que ocorrem nos países não centrais, os chamados periféricos, a fim de considerar as peculiaridades históricas da formação social dessas economias.

Para intelectuais ligados à CEPAL e para Celso Furtado, as formulações teóricas acerca do subdesenvolvimento são inseparáveis da preocupação com a superação do fenômeno, de onde emerge, ao mesmo tempo a industrialização como paradigma de desenvolvimento e a ação do Estado

como o modo mais efetivo para seguir adiante com esse processo – continuando com uma perspectiva próxima à dos teóricos da modernização. Como menciona Bielschowsky (2000, p. 35) “a ação estatal em apoio ao processo de desenvolvimento aparece no pensamento cepalino como corolário natural do diagnóstico de problemas estruturais de produção, emprego e distribuição de renda nas condições específicas da periferia subdesenvolvida”. Essa centralização do Estado está ligada às razões sociais e históricas diretamente vinculadas à própria ascensão da teoria do desenvolvimento.

Os cepalinos não defendiam uma estatização tão grande quanto os soviéticos defendiam, mas sim, uma participação ativa do Estado tanto no aumento da demanda quanto no investimento direto dos bens intermediários – indispensáveis ao desenvolvimento. “O capital privado, por sua vez, se concentraria em atividades mais eficientes em termos de progresso técnico, sobretudo na produção de bens de consumo duráveis, controlando assim o setor mais dinâmico da economia e concentrando a riqueza que, com frequência, era enviada para fora do país” (FURTADO, 1981, p.43).

No caso brasileiro, essa versão de intervenção a favor da industrialização se deu, predominantemente, via “substituição de importações” e do apoio à produção dentro do país. Esse processo teve início nas indústrias mais simples, que não exigiam tanta tecnologia ou capital, em seguida, alcançou as indústrias de bens de capital e de matérias-primas intermediárias.

Indo em oposição a teoria-padrão que fundamentou a economia do desenvolvimento³, o pensamento político-econômico formulado na década de 1940 pelo diretor da CEPAL na época – Raúl Prebisch –, acerca das relações centro-periferia, marcou o início de uma teoria que visava explicar o subdesenvolvimento latino-americano.

Prebisch (1982) demonstrou inconsistência na formulação ortodoxa, discordando da “lei das vantagens comparativas” dos clássicos. Segundo ele, esse fundamento desconsiderava o fenômeno da “deterioração dos termos de intercâmbio” ao qual consolidava as relações desiguais entre países centrais e

³ Teoria que defendia a existência de benefícios mútuos para países envolvidos em relações comerciais conjuntas.

periféricos – desigualdade que era proveniente da natureza dos bens que compunham a pauta de importações e exportações.

Os países periféricos haviam se tornado produtores de bens primários, e detinham uma demanda internacional pouco dinâmica, mas eram importadores de bens manufaturados, com demanda doméstica em expansão. Em consequência disso, ocorreram desequilíbrios estruturais na balança de pagamentos; a saída dessa condição passaria pela capacidade de industrialização dos países periféricos, invertendo a pauta de importações e exportações. Dessa forma, na formulação cepalina, a industrialização nasce como sinônimo de desenvolvimento.

Diferente de Rostow (1960), que aponta a existência de “diferentes etapas de desenvolvimento”, Furtado caracteriza o subdesenvolvimento como uma variante do processo de desenvolvimento decorrente da trajetória desigual entre os países. Trata-se, portanto, de “um processo autônomo, e não [de] uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento” (FURTADO, 1961, p.180). É um processo histórico peculiar em que a difusão do progresso técnico – a inovação – não conduz à hegemonização social, mas a concentração de renda e ao aumento de desenvolvimento social.

Ou seja, para Furtado (1961), o subdesenvolvimento é uma condição estrutural dos países pouco industrializados (os latino-americanos), pelo fato de que, nesses países, as inovações nos padrões de consumo – e a adoção de um estilo de vida nos moldes centrais – não suscitaram, como contrapartida, a adoção de métodos produtivos eficazes. Em resumo, o processo de modernização não pode ser completado nos países periféricos na medida em que há uma desigualdade entre os padrões de consumo e os métodos produtivos.

Assim, “como fenômeno específico que é, o subdesenvolvimento requer um esforço de teorização autônomo”, pondera Furtado (1961, p.193). O autor sustenta, porém, que é o próprio processo capitalista que cria o subdesenvolvimento, na medida em que ele – o capitalismo – não necessita integrar todos os indivíduos na divisão social do trabalho. Furtado conclui que o

fenômeno do subdesenvolvimento é estruturalmente funcional para o próprio desenvolvimento.

2.2.1. A agricultura na teoria do desenvolvimento econômico brasileiro

A economia brasileira, até a década de 1930, era influenciada pelos setores agrários, especialmente aqueles voltados à exportação; esses setores tiveram apoio do Estado, mesmo que limitado e esporadicamente. A agricultura voltada para o mercado interno não possuía nenhum grande apoio e era beneficiada quando ocorriam crises no setor externo.⁴

Com a depressão de 1929, o conseqüente enfraquecimento dos agroexportadores e uma redução do poder político das oligarquias rurais – os cafeicultores – aumentou a pressão sobre o governo por parte dos demais setores da economia, especialmente daqueles que exigiam uma expansão do setor urbano-industrial. Bacha (2004) destaca que o período entre 1930 e 1945 foi marcado por uma transição da agropecuária centrada na produção de café, para uma estrutura mais diversificada e por um novo processo de industrialização da economia brasileira.

No Brasil, as políticas de desenvolvimento agrícola são recentes. No início dos anos 70, medidas de resolução agrária e reflexos da Ditadura militar propiciaram uma pausa no debate sobre questão agrária. Na década de 80, o ressurgimento de movimentos sociais no campo abriu novamente os debates sobre o desenvolvimento agrário no país, mas, agora, não se tratava apenas de verificar se o capitalismo era predominante ou não nas relações sociais e de produção no campo, mas sim, identificar a natureza e as diferentes questões existentes nesse processo de desenvolvimento.

José Graziano da Silva (1981) tentou compreender o papel da mão de obra e a significativa modernização agrícola na região Centro-Sul, mas ressaltou as limitações que o desenvolvimento agrícola tinha ao revelar as

⁴ Os cafeicultores foram os mais beneficiados no período até a grande depressão. A renda dos produtores de café era mantida mediante sucessivas desvalorizações cambiais. A desvalorização cambial agradava às oligarquias rurais, mas desagradava a população urbana, que, aos poucos, ia se constituindo e tinha que pagar preços mais elevados pelos produtos importados (FURTADO, 1977).

diferentes formas de relações trabalhistas na agricultura. O processo de modernização agrícola em São Paulo provocou mudanças consideráveis nas relações de emprego a partir dos anos 70; Graziano destacou como o desenvolvimento capitalista no campo veio a promover uma adequação da força de trabalho rural.

Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura (1981) foi o primeiro passo de Graziano para firmar a concepção da existência de complexos agroindustriais no país, ao ponto que essa obra analisa o processo de industrialização da agricultura brasileira. Os complexos agroindustriais seriam o desenvolvimento da agricultura brasileira de complexos rurais para a transformação em grandes complexos industriais.

Esse processo foi profundamente desigual, [...] até mesmo parcial; seja por região, produto, tipo de lavoura, tipo de cultura, tipo de produtor, principalmente; ou seja, aqueles produtores menos favorecidos tiveram menos acesso às facilidades de crédito, aquisição de insumos, máquinas, equipamentos e etc. e apresentaram graus menores de evolução, especialmente da sua produtividade. [...] uma segunda característica desse processo é que ele foi profundamente excludente, quer dizer, ele não só foi desigual como foi também excludente. Ele atingiu uns poucos e fez com que alguns poucos chegassem ao final do processo (GRAZIANO DA SILVA, 1994, p. 138).

Segundo Graziano, dessa forma, três tendências sobre o desenvolvimento da agricultura brasileira são possíveis: início e aprofundamento da integração de capitais, redução do papel dos pequenos produtores e a redução da sazonalidade do trabalhador temporário.

A partir do ponto de vista de Graziano, grande parte dos diagnósticos da natureza do desenvolvimento capitalista no campo na década de 80 avançou para propor uma reforma agrária para tentar solucionar os problemas agrários. José Eli de Veiga (1994) indicou que a reforma agrária poderia apresentar dois tipos de impactos: aumento da produção agrícola e um impacto distributivista.

Por mais parcial e malograda que possa ser uma reforma, é impossível negar o efeito redistribuidor da transferência de terra. [...] se a redistribuição for vista como uma exigência do processo, então será forçoso admitir o papel crucial desse tipo programa, pois são poucas as políticas públicas com impactos comparáveis na distribuição de riqueza (VEIGA, 1994).

A necessidade de intervenção do Estado no setor agrícola passaria pela implementação de um programa de Reforma Agrária e pelo fortalecimento da agricultura familiar.

Com base na experiência histórica dos países do Primeiro Mundo, deve-se pensar que a passagem da economia brasileira para uma fase socialmente articulada de desenvolvimento dificilmente poderá prescindir de um conjunto de políticas públicas que venha a fortalecer, aqui também, a agricultura familiar. [...] e é esse objetivo estratégico que dá sentido à reforma agrária. Precisamos de uma reforma agrária que desafogue os minifundistas, oferecendo-lhes a oportunidade de se tornarem agricultores familiares viáveis (VEIGA, 1994, p.91).

Segundo a análise de Veiga, o desenvolvimento agrícola brasileiro tem seu aspecto fundamentado no papel da produção familiar; o autor indica que, a exemplo das nações desenvolvidas, deve-se estimular a produção agrícola familiar a fim de aumentar a produção alimentar e a distribuição de riquezas no país.

Ricardo Abramovay (1992) indicou que existe um grande abismo social entre a agricultura familiar moderna e a pequena produção. Dessa forma, a revelação da perda de importância da pequena produção seria um argumento essencial para a reforma agrária. As críticas de Abramovay se aproximam às conclusões de Graziano da Silva, já que, segundo ele, a perda de importância da pequena produção na oferta de alimentos provocaria o desmonte da “justificativa econômica” do processo de reforma agrária. Como o autor afirma: “não era preciso reforma agrária para elevar a produção de alimentos. O problema alimentar brasileiro perdia toda a relação com a questão agrária para se transformar numa questão de renda” (ABRAMOVAY, 1992, p.99).

As observações de Abramovay não foram únicas. Muller (1987), Delgado (1985) e outros autores já tinham deixado claro a perda do peso da pequena produção e, mais ainda, indicavam a queda da representatividade da agricultura e sua substituição pelos complexos agroindustriais. Os processos de industrialização da agricultura e agroindustrialização alteraram consideravelmente a base técnica agrícola e o destino dos produtos e, representou uma certa coletivização do trabalho agrícola.

Neste processo de transformação do agro nacional – em que a agricultura passa a ser vista sob um processo intrincado, amarrado e complexo

–, surgem novas concepções diferenciadas para a análise dessa nova etapa agrícola. Ou seja, na medida em que a agricultura e a indústria produtora de bens de capital e a indústria processadora de alimentos se integram via fluxos tecnoprodutivos, o tratamento teórico passa a considerar a relativa perda de poder de mercado do setor agrícola e, conseqüentemente, o estabelecimento de uma nova dinâmica, ordenada pelo setor industrial.

A agricultura brasileira passou por diversas transformações ao longo das últimas décadas. O estabelecimento de uma reforma agrária que objetivasse o crescimento dos setores agroindustriais seria uma forma de fortalecer as exportações desse setor. A agricultura, como forma simples de agricultura familiar, não seria vantajosa para o Estado, onde, a produção seria baixa e os lucros quase inexistentes.

A transformação desse setor em algo cada vez mais produtivo resultaria em uma forma de desenvolvimento, onde, as relações familiares de cultivo passariam agora a ser relações em indústrias com máquinas modernas produzindo cada vez mais. Esse desenvolvimento agrícola era necessário para o país; a abundância de recursos naturais ao longo do território somado às terras férteis era propícia para que o país se transformasse em um grande exportador agrícola. Todavia, a agricultura familiar também é importante para as pequenas cidades; o cultivo familiar em muitos estados do Brasil é importante para a manutenção de pequenas cidades, distantes dos grandes centros, onde, o alimento vindo de outros lugares é menos acessível do que o alimento produzido ali mesmo.

A partir de todo esse contexto exposto, é possível agora fazer um melhor estudo sobre o objeto dessa pesquisa, que é revelar como se deu o processo de desenvolvimento dos municípios de Santa Luzia e Buriticupu e qual o papel que a agricultura teve nesse processo.

3. COLONIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E TRANSFORMAÇÕES NOS MUNICÍPIOS DE SANTA LUZIA E BURITICUPU – MA

Neste segundo capítulo, de caráter mais específico do que o anterior, analisaremos os municípios de Santa Luzia e Buriticupu mais profundamente. De início, apresentamos o contexto histórico de como se deu o movimento de colonização no Brasil, os objetivos que o governo militar queria realizar com esse projeto e as suas consequências para o país.

Em seguida, um estudo é feito para identificar como essa colonização chegou ao Maranhão – e nas regiões de estudo –, além de analisar seus efeitos na vida da população ali presente, também as transformações ocorridas nesse meio e o seu desfecho.

Para concluir este capítulo, apresentaremos algumas análises da evolução agrícola de Santa Luzia e de Buriticupu a partir da década de 1990. Destacam-se as áreas destinadas às plantações, valor da produtividade, plantio de lavouras temporárias ou permanentes e em como esses municípios cresceram – no sentido agrícola – ao longo dos anos.

O desenvolvimento deste capítulo é de suma importância para esta pesquisa. Assim como a parte teórica do primeiro capítulo era essencial para compreender os termos que seriam utilizados ao longo do estudo, todo o contexto histórico e as transformações descritas neste capítulo encaminham o leitor a, de certa forma, se sentir mais próximo dos municípios estudados, através do conhecimento de sua história.

3.1. Movimento de colonização e assentamentos realizados na década de 1970

A tomada de poder pelos militares em 1964 levou a um período de grandes turbulências em vários setores do país, incluindo o econômico e o social. As políticas, programas e estratégias do governo federal a partir de 1964 e por toda a década de 1970 resultaram numa transformação importante na estrutura agrária das regiões pertencentes a área da Amazônia Legal Brasileira⁵,

⁵ A Amazônia Legal foi criada pela Lei nº 1.806/53 no governo do então presidente Getúlio Vargas, já em 1966, no governo militar de Humberto Castelo Branco, a Lei nº 5.173, lei de

principalmente no estado do Mato Grosso que, durante esse período, viu uma quantidade significativa de pessoas, empresas agropecuárias e colonizadores em deslocamento para suas terras, preferencialmente para a região norte e médio-norte do estado.

Os militares criaram um projeto específico para lidar com a incorporação agrícola e econômica do território, aos quais, incluíam alguns elementos fundamentais e indispensáveis dentro do panorama que era apresentado no momento. Uma estratégia desse período foi a de ocupação econômica de áreas consideradas pouco ou nada produtivas, terras pouco povoadas⁶ e a resolução interna de conflitos agrários em regiões como Sul e o Nordeste. A primeira alteração relevante feita pelos militares sobre esse controle à terra na Amazônia Legal ocorreu alguns meses após o golpe de 1964, com a revogação da Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, a “Lei de Terras”, e também do Decreto nº 1.318 de 30 de janeiro de 1854; ambos foram substituídos pela criação da Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, o chamado “Estatuto da Terra”.

Esse Estatuto indica, na esfera legal, a centralização das decisões sobre a questão agrária nas mãos do governo e dos vários órgãos e programas criados para tratar sobre o tema. O Estatuto seria um posicionamento dos militares em relação a questão agrária, exercendo de modo centralizado o controle de acesso às áreas consideradas pouco povoadas e/ou improdutivas, segundo a lógica desenvolvimentista esperada para o Brasil naquele momento.

Como forma de realizar seus objetivos, o governo federal alterou a legislação e, dessa forma, pôde ter um controle maior do seu projeto para a ocupação da Amazônia Legal. Entretanto, era perceptível que todo esse projeto seria em prol do favorecimento ao capital privado, externado a partir da atuação de grupos colonizadores e grandes empresas agropecuárias; alguns deles

extinção da SPVE e criação da SUDAM, recria o conceito de Amazônia Legal para finalidade de melhor planejamento para o território que a englobava. A atual área da Amazônia Legal Brasileira abrange os estados de Tocantins, Roraima, Amazonas, Pará, Acre, Amapá, Rondônia, e ainda partes dos estados do Maranhão e do Mato Grosso. Com uma área aproximada de 5.217.423 km² e corresponde a 61% do território brasileiro.

⁶ Essas terras “pouco povoadas” na área da Amazônia Legal eram, em sua maioria, territórios de ocupação indígena que foram simplesmente desconsideradas pelos militares dentro do seu projeto e lógica governamental de ocupação econômica de terras. Isto acabou com inúmeros conflitos durante toda a década de 1970, conflitos estes envolvendo muitos atores sociais presentes na área, como posseiros, madeireiros, garimpeiros e fazendeiros, que, constantemente, avançavam sobre as terras de uso histórico e tradicional das nações indígenas.

desfrutavam o benefício de uso de verbas federais, provenientes de programas criados para desenvolver esse setor. No entanto, esse favorecimento acabou deixando em segundo plano a reforma agrária e os assentamentos definitivos de agricultores em áreas da Amazônia Legal. Segundo Ianni (2004, p. 25) “foi uma ‘contra-reforma agrária’, destinada apenas a deslocar alguns focos de tensão social no campo para outros territórios do Brasil”.

O Estatuto assim define colonização no seu artigo 4º, inciso IX: “[...] colonização, toda atividade oficial ou particular, que se destina a promover o aproveitamento econômico da terra, pela sua divisão em propriedade familiar ou através de cooperativas [...]” (BRASIL, Lei federal. 1964). A ideia que está presente nesta citação nos encaminha a compreensão de colonização como sendo um mecanismo de inserção econômica de terras, todavia, deixa claro que a intenção do governo militar era incorporar áreas, gerando assim uma maior produção econômica capitalista.

João Carlos Barroso vem aprofundar o conceito referente a colonização:

A colonização, em seu sentido mais amplo, é o processo de ocupação de uma área, realizado por indivíduos de fora, colonos, [...] confunde-se com povoamento. Mas, num sentido restrito, a colonização é o povoamento precedido de planejamento governamental ou privado e, na história contemporânea, esse processo está estreitamente relacionado à apropriação privada do uso do solo e ao uso de trabalhador livre, enquanto classe social (BARROSO, 2002, p.41).

Dessa forma, a Lei nº 4.504/64 lançou as bases legais para que os militares pudessem agir com a ocupação da Amazônia Legal da forma como eles esperavam, englobando os estados do Centro-oeste, Norte e Nordeste. Essa definição de colonização indica o desejo do governo militar de controle das terras, deixando claro que essa é uma questão de estratégia do Estado.

Na década de 1970 o governo federal assentou agricultores expropriados de terras no Sul e no Nordeste para outros estados como o Pará, Mato Grosso e Rondônia. Entretanto, o governo deu mais importância para os empreendimentos que envolvessem capital particular – projetos de exploração madeireira, extração de recursos minerais, projetos agropecuários e colonização particular de terras. Como exemplo, podemos ver vários projetos no norte do Mato Grosso que foram idealizados e colocados em prática por cooperativas e

empresas que se beneficiaram dos recursos liberados pelo governo; antes da ocupação, essas áreas eram consideradas como vazios demográficos.

Esta nova configuração de favorecimento do capital particular, trazida pelos militares, não tinha foco de mudar a estrutura fundiária brasileira – no sentido de perspectiva de justiça social no campo –, mas sim o contrário, nas regiões Sul e Sudeste foi preferível deslocar as massas que criavam tensão social para o interior do Brasil. Dessa forma, pôde-se manter a base fundiária brasileira que já era presente ali, beneficiando a concentração de terras, mecanização dos processos produtivos e a ligação da agricultura comercial com forte participação das grandes propriedades.

A concentração de terras nas mãos de poucos, os conflitos entre posseiros e indígenas e a exclusão fundiária de muitos pequenos produtores do centro-sul não foi de responsabilidade exclusiva do governo. Os militares apenas deram continuidade ao processo de expropriação que já estava em curso; abandonaram tentativas de reforma agrária onde os conflitos eram mais sérios, optando pelo deslocamento das massas causadoras de conflitos para outras áreas do país – áreas essas que eram consideradas despovoadas e improdutivas. Isso reflete algo visto no primeiro capítulo, onde, o governo quer reduzir a pequena produção agrícola e transformar outras áreas improdutivas em grandes complexos agrícolas. Nessa visão, levariam desenvolvimento para outras áreas que antes não conheciam.

Neste contexto, a ocupação econômica da Amazônia Legal aparece como uma política definida pelo Estado, pois, o território serviria como uma “válvula de escape” para os conflitos agrários no centro-sul e no nordeste do país. Os militares acreditavam que com o deslocamento dessas pessoas seria possível resolver dois problemas: o primeiro seria a dissipação dos focos de tensão gerados pelas expropriações de terra e, segundo, seria a ocupação de terras na área da Amazônia Legal consideradas pouco ou nada produtivas, segundo a lógica capitalista de mercado.

Octávio Ianni (2004) nos diz que a movimentação para a colonização dirigida na Amazônia Legal começou a ter mais visibilidade a partir da década de 1970. Um dos fatores que fizeram Ianni chegar a essa conclusão foi a constatação do então presidente – general Emílio Garrastazu Médici, que governou entre os anos de 1969 a 1974 – de que o povo brasileiro sentia a

necessidade de soluções rápidas para resolver os problemas do campo. Mais tarde, o governo pretendia acabar com os focos de tensão na Amazônia criados pelos guerrilheiros, que eram contra a ditadura imposta pelo governo.

Levando em consideração experiências negativas de assentamentos realizadas – projeto Altamira/PA em 1971 e o projeto Lucas do Rio Verde/MT em 1982 –, assim como todo o aparato burocrático criado, lanni pôde concluir, de acordo com o panorama do final dos anos 60 e da década de 1970, que os militares acabaram privilegiando a colonização particular a partir do capital privado e não o favorecimento de uma reforma agrária efetiva. Foi orquestrado todo um processo de ocupação nas áreas da Amazônia Legal com ações conjuntas entre os governos federal e estaduais; em alguns momentos eram os próprios governos que efetuavam a colonização, em outros momentos, a iniciativa privada que tomava de conta. Todavia, em todos os casos, os militares tinham controle e centralização de todo o processo.

Com o governo sendo o principal financiador, muitas empresas e mesmo alguns agricultores individuais só conseguiram seguir com seus projetos a partir do dinheiro liberado pelos programas dos militares. Como forma de ter um maior controle da situação, alguns órgãos e programas foram criados para dar suporte a esses projetos de colonização, tanto oficiais quanto os de origem particular. Em 1966, o governo lançou a Lei nº 5.173, recriando a Amazônia Legal e dando início também a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. De acordo com Fiorelo Picoli, a SUDAM “[...] surgiu da tentativa de revigorar o Plano de Valorização da Amazônia [...] mas com mecanismos direcionados para promover a expansão da empresa privada com recursos do próprio Estado, no governo da ditadura” (PICOLI, 2006, p.37).

Além da criação da SUDAM, em 01 de dezembro de 1967, através da Lei nº 5.365, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-oeste – SUDECO – que tinha como objetivo de desenvolver economicamente a região Centro-oeste, formada, na época, pelos estados do Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal.

Em julho de 1970, pelo Decreto Lei nº 1.110, o governo federal criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA –, em substituição ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA. A criação do INCRA foi feita “[...] pela necessidade de simplificação administrativa e por causa

de uma reformulação das políticas de colonização no Brasil” (SOUZA, 2004, p.70).

No mês anterior a criação do INCRA, o governo do general Médici criou, através do Decreto Lei nº 1.106 o Programa de Integração Nacional – PIN. Esse programa tinha como objetivo principal incorporar as regiões que eram consideradas economicamente atrasadas do Brasil às regiões mais modernas do leste do país, fazendo com que, pelo menos teoricamente, pudesse ocorrer uma diminuição entre essas diferenças.

3.1.1. Os efeitos da colonização e dos assentamentos nos municípios de Santa Luzia e Buriticupu

A partir de 1960 o Maranhão tornou-se um dos centros de um processo mais geral de abertura de frentes de expansão agrícola – que seria a ocupação privada das terras por empresários e pecuaristas que antes eram de posse dos camponeses –; esse processo culminou em diversos conflitos agrários. Ao final da década de 1960, levar a “modernização” para o Maranhão implicaria ao então Governo Sarney dispor das terras que o estado tinha em abundância. Segundo Asselin (2009) a incorporação dessas “terras livres” do Maranhão ao modelo de propriedade privada capitalista era uma tarefa urgente e que precisava ser executada. O Maranhão possuía grandes áreas livres de terras, que permaneceram assim desde o processo de exploração na época colonial.

Na citação de LUNA (1985), logo abaixo temos uma explicação melhor sobre esses fatos:

No final dos anos de 1960, a questão da terra assumia termos radicais, na medida em que o confronto com o campesinato põe em jogo algumas instituições manipuladas para a efetivação da política agrária do Estado. [...] estes impasses eram originados das contradições entre a implantação de um tipo de estrutura fundiária voltada primordialmente para os interesses da ocupação racional das terras devolutas (pelas grandes empresas) aos quais a política oficial subordina a questão da ocupação espontânea, conceituando, a partir dos interesses das grandes empresas, as regras institucionais criadas para dar conta das tensões em torno da terra (LUNA, 1985, p.06).

A instituição da Lei de Terras em 1969 foi o aparato legal que reforçou a expropriação do campesinato, uma vez que seriam destinadas às terras

públicas do estado com finalidade de exploração agropecuária e florestal; dessa forma, essas terras eram transformadas em foco de interesse de grupos econômicos que podiam se apoiar nos incentivos fiscais que eram concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE – e SUDAM.

Essa política instituiu, também, a grilagem⁷ em grandes áreas camponesas com a cumplicidade dos cartórios que forneciam os títulos de propriedade das terras. A partir da grilagem de pequenas propriedades agrícolas formavam-se grandes fazendas na encosta das principais rodovias do estado.

Em virtude disso, os produtores de pequenas unidades camponesas passaram a morar perto das rodovias, em grande parte eram responsáveis pela criação de gado. Segundo Arcangeli (1987) a chamada “economia do gado” foi um modo concreto de inserção da economia maranhense no sistema nacional de trocas ou na divisão nacional do trabalho. Esse processo ocorreu no auge da fase do “milagre” (1968-1973), e caracterizou o acirramento da luta entre o grande proprietário e os posseiros.

Para o plano estadual, foi criada a Companhia Maranhense de Colonização – COMARCO – em 1971, que tinha como objetivo promover as negociações das terras do Maranhão no mercado regional e nacional. A justificativa, segundo Arcangeli, era de “ocupar racionalmente as terras improdutivas e devolutas do estado” (ARCANGELI, 1987, p. 23). Desse modo, a frente de expansão – que tinha como característica a distribuição de grandes extensões territoriais – seria responsável pela ocupação dos “espaços vazios” de regiões amazônicas, estes, indicados como política governamental de integração nacional a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND. Em virtude dos grandes projetos agropecuários, a grilagem acabou se tornando algo “normal” na região.

⁷ Grilagem é a usurpação da terra pública, dando-lhe a aparência de particular. Ou seja, indica um ou mais procedimentos de irregular ou ilegal ocupação de terra pública, com o objetivo da sua apropriação privada. Segundo SANTOS e TAVARES (2016, p. 365) “A grilagem de terras consiste em uma fraude deliberada, na falsificação de escrituras de terras devolutas do Estado ou mesmo particulares, porém, essa não é uma fraude individualizada e, sim, generalizada, um pacto entre setores da sociedade e o Estado para a legitimação da apropriação, não só das terras, mas, do próprio aparato estatal por uma classe específica: a capitalista”.

Silva (2005) nos afirma que a ideia de colonização chegou aos municípios de estudo no governo de José Sarney. Todavia, esse projeto de colonização só teve início no governo de Pedro Neiva de Santana, em 1971. Para a realização do projeto, muitos pedidos foram enviados ao Ministério de Planejamento em forma de ajuda financeira para que fosse possível a ocupação ordenada de lavradores em uma extensa área florestal na região de Buriticupu, localizada na Pré-Amazônia. Esse projeto visava fixar, em dez anos, cerca de dez mil famílias de agricultores e, assim, elevar a receita do estado, incorporando um sistema produtivo em uma área destinada a projetos de colonização e agropecuária.

Após a aprovação do projeto, de imediato foram instalados vários escritórios em municípios do Maranhão. Eles tinham o objetivo de recrutar lavradores para a área de colonização; em 1973, os primeiros colonos chegaram a terra destinada a ocupação em Buriticupu – que até então era um povoado do município de Santa Luzia. A partir de setembro do mesmo ano, o primeiro acampamento foi instalado – denominado I Núcleo Avançado (INA) – para receber as primeiras 84 famílias. Paralelamente, atraídos pelas possibilidades de desenvolvimento agrícola, outras 35 famílias se instalaram fora da colonização e passaram a formar um universo pioneiro na região (SILVA, 2015, p. 51).

Antes da sua emancipação, Buriticupu era uma colônia, onde o objetivo era o assentamento de 10 mil famílias, todavia, apenas pouco mais de mil foram atendidas. A ideia principal da colônia era de beneficiar os fazendeiros; as famílias dos assentamentos eram uma forma de mão de obra mais barata. Esse projeto não durou muitos anos, Buriticupu não teve um crescimento esperado e as colônias acabaram falindo (Liderança rural de Buriticupu, 2018⁸).

A área habitada por colonos foi dividida em duas: A Área I representa a área onde a fixação das famílias se deu de forma ordenada pela COMARCO; a Área II representa os outros agrupamentos humanos no entorno da colonização, que se fixaram livremente (SILVA, 2015).

A Área I tinha o total de 400 lotes residenciais; cada agricultor tinha o direito a uma propriedade urbana de 1.000m² e outra rural de 25 hectares. A

⁸ Liderança rural que concedeu uma entrevista ao Grupo de Pesquisa “As Transformações socioespaciais ao longo da Estrada de Ferro Carajás” do professor Welbson Madeira, pela Universidade Federal do Maranhão.

população dessa área teria direito a assistência médica, poço artesiano para abastecimento de água e assistência agrícola enviada pela COMARCO. A Área II era formada por 4 grupos humanos localizados em Buriticupu, Bom Jesus, Nova Vida e Água Limpa, era composta por 35 habitações e 168 habitantes. Nesta área, não existia qualquer tipo de organização rural ou comercial e o trabalho era comum: lavravam a terra ou viviam de empreitadas, com rendimentos mínimos (SILVA, 2015).

Os Municípios de Santa Luzia e Buriticupu se encontram na microrregião de Pindaré e mesorregião oeste maranhense. A microrregião de Pindaré é composta por 22 municípios e tem uma área total de 35.779 km² (IBGE). O município de Buriticupu (Figura 1) localizava-se no município de Santa Luzia (Figura 2) – Buriticupu era pertencente ao município de Santa Luzia no período da colonização, sua emancipação se deu em 1994 – se encontra acerca de 370 km da capital do estado, São Luís.

A história do município de Santa Luzia é descrita a partir da década de 1950, onde os primeiros trabalhadores chegaram para trabalhar na lavoura. No passado, Santa Luzia tinha suas terras habitadas por índios Guajajaras, João Marques Oliveira foi um dos primeiros desbravadores a constituir morada ali e, o mesmo, denominou o nome de Santa Luzia a esta localidade (SANTA LUZIA, 2018).

Santa Luzia começou a crescer e pessoas de muitas outras regiões compraram terras ali; a primeira atividade iniciada nessa área foi a exploração da agricultura. No período de início de sua ocupação – década de 1960 –, existia uma grande produção de arroz no estado, e muitos imigrantes de outras regiões do país foram atraídos para Santa Luzia visando uma melhor vida. Com o crescimento do povoado de Santa Luzia, surgiu a necessidade do seu desmembramento do município de Pindaré-Mirim. No dia 26 de março de 1961 instalou-se o novo município de Santa Luzia. Hoje, Santa Luzia possui uma área territorial de 4.837,038 km² e uma população estimada em 72.440 habitantes (IBGE, 2018).

A respeito do município de Buriticupu, suas origens remontam ao processo de expansão agrícola no Maranhão, quando, na região da Pré-Amazônia e no início dos anos de 1970, o governo do estado instalou um projeto

de colonização para assentamento de trabalhadores rurais – episódio esse já descrito anteriormente. Esse projeto originou um povoado de nome Buriticupu, às margens de um rio de mesmo nome; nessa área amazônica já existia a ocupação de povos indígenas, porém, a partir de meados do século XX, quando o Maranhão se inseriu de fato no processo de expansão capitalista brasileiro foi que essa região começou a receber um número considerável de trabalhadores rurais.

No entorno do povoado, além de atividades agropastoril e comercial, desenvolveu-se também a extração de madeira. O processo de expansão econômica da região de Buriticupu, especificamente das atividades baseadas na produção primária, foi marcado por muitos choques entre posseiros/proprietários de terras e os camponeses praticantes da agricultura familiar – essa questão também explicada anteriormente. O município de Buriticupu foi emancipado em 1994 e instalado em 1997; foi elevado à categoria de município através da Lei Estadual nº 6.162 de 10 de novembro de 1994, sendo desmembrado do município de Santa Luzia. O município de Buriticupu, hoje, possui uma área de 2.545,441 km², com uma população estimada de 71.723 habitantes (IBGE, 2018).

Figura 1

Localização do município de Buriticupu



Figura 2

Localização do município de Santa Luzia



Fonte: IBGE, 2018.

Silva (2015) nos indica que o projeto de colonização – mesmo com todas as informações repassadas e a legitimação do governo do estado e federal – não obteve um planejamento correto; desde o início, o projeto já demonstrava ser improvisado. Esse projeto era de responsabilidade do governo do estado, que tinha se baseado nas informações recebidas de outro projeto: modelo de ocupação ordenado de terras devolutas. O Ministério do Planejamento acreditava que esse projeto de colonização obedeceria a proposta do governo federal de reforma agrária. Além desses fatos, o governo estadual, na época, veiculou uma forte propaganda para recrutar trabalhadores rurais para as terras da Pré-Amazônia, localizada na região de Buriticupu, município de Santa Luzia.

Silva afirma que em 1976, três anos após a chegada dos primeiros colonos, “a ocupação planejada da região teve a quebra da sua filosofia constatada a partir dos seguintes aspectos: a) não realização de um levantamento prévio ao assentamento dos colonos; b) não classificação agrícola do solo e topografia da área; e c) falha na meta inicial do projeto. Essas características colocavam o Projeto Pioneiro de Colonização em uma situação difícil” (SILVA, 2015, p.70).

Os colonos estavam insatisfeitos com o não cumprimento das promessas que lhe foram feitas em relação a demarcação e a titulação dos lotes. De outro lado, não se teve o cumprimento das metas previstas por parte dos órgãos conveniados, que eram responsáveis pelas atividades de transporte, saneamento, energia, saúde e educação. A partir disso, o projeto teve que ser paralisado.

Após 1975 a COMARCO não fixou mais trabalhadores nas áreas e, agora, centenas de famílias tinham abandonado o projeto, motivadas pela falta de confiança; ao mesmo tempo, conflitos de terras começavam a surgir entre colonos e empresas que adquiriram áreas ao redor da colonização. Paralelamente à implantação do projeto, a empresa de colonização vendia terras para grandes empresas, muitas vezes essas áreas invadiam a área destinada aos colonos, isso, causava cada vez mais a queda na credibilidade da empresa colonizadora junto aos colonizados (SILVA, 2015, p. 71).

A COMARCO ainda tentou uma reformulação do projeto ainda nos primeiros anos da fase de fixação das famílias, no entanto, as propostas não foram incrementadas e acabou não saindo do papel.

Em decorrência disso, o estado do Maranhão acabou sendo palco de grandes conflitos relacionados a grilagem e a posse de terra. Conforme Victor Asselin (2009), a grilagem de terra não foi um fator isolado, mas sim, correspondia a um modelo econômico e uma estrutura sociopolítica estrutural, sendo planejada e estruturada. Numa mesma perspectiva, Pedrosa (2012) avalia que “a partir da década de 1960 tiveram início os confrontos a partir da grilagem pelas terras devolutas do estado, assim como expropriações forçadas por grandes empresas” (PEDROSA, 2012, p.33).

A microrregião de Pindaré foi onde os conflitos em decorrência da expropriação e da grilagem chegou primeiro. Desde o início da década de 1960 os camponeses faziam resistências à chegada dos latifundiários, “coronéis” de terra e às vezes até mesmo a política, que era representada a partir de pistoleiros ou até mesmo instituições do governo, como a polícia. Nesse contexto, essa região é entendida como um dos primeiros locais para a difusão da expropriação e da violência que se manifestou grandemente no espaço agrário maranhense depois da segunda metade do século XX. A violência e a grilagem rapidamente se expandiram no território maranhense.

Invasões a roças e casas, ameaças, prisões, aliciamento e mortes faziam parte do método de intimidação que era utilizado. Nesse período, intensificaram-se também os problemas referentes à terra no estado; a migração de pessoas de outras regiões para o Maranhão ajudou a agravar essa situação. Paralelamente, ocorreu o desenvolvimento da malha rodoviária e isso atraiu muito mais grupos econômicos para o Maranhão.

Os conflitos de terras no estado se acirraram, de fato, quando foi implantada a “Lei Sarney das Terras”, que respaldava a privatização das terras públicas do Maranhão e também incentivava a expansão de projetos agropecuários e agroindustriais. Todavia, isso acabava excluindo as famílias rurais do acesso à terra. Essa nova estrutura gerava com certa frequência conflitos pela posse de terras – entre os antigos ocupantes e os novos

proprietários –, na maioria das vezes oriundos do próprio estado ou de outras localidades, isso aumentava consideravelmente o índice de violência. Em contrapartida, esses conflitos produziram uma corrente de resistência política dos camponeses frente aos conflitos de terra; os camponeses passam a se organizar através de sindicatos, como forma de fortalecer o movimento e lutar pelos seus direitos.

Na década de 1970 iniciou-se o processo de cercamentos no estado, quando fazendeiros e grileiros se apropriaram de terras cercando-as em grandes áreas, em grande parte para a realização de projetos agropecuários. O incentivo do governo do estado à pecuária agravou a situação dos trabalhadores rurais, uma vez que as áreas que antes eram para a agricultura, agora se transformavam em pastos.

Com o intuito de providenciar terras aos trabalhadores rurais e reduzir as tensões existentes no estado, o INCRA passou a atuar na regularização fundiária da área de posse camponesa. De modo geral, o INCRA ajudou os camponeses a legitimarem seus direitos e obterem terras devolutas através da reforma agrária. A partir disso, até mesmo os camponeses que eram assentados na terra, tiveram seus direitos assegurados; dessa forma, os camponeses tiveram a oportunidade de obter créditos fundiários para começar ou ampliar suas plantações.

3.2. Transformações na realidade do setor agrícola em Santa Luzia e Buriticupu a partir da década de 1990.

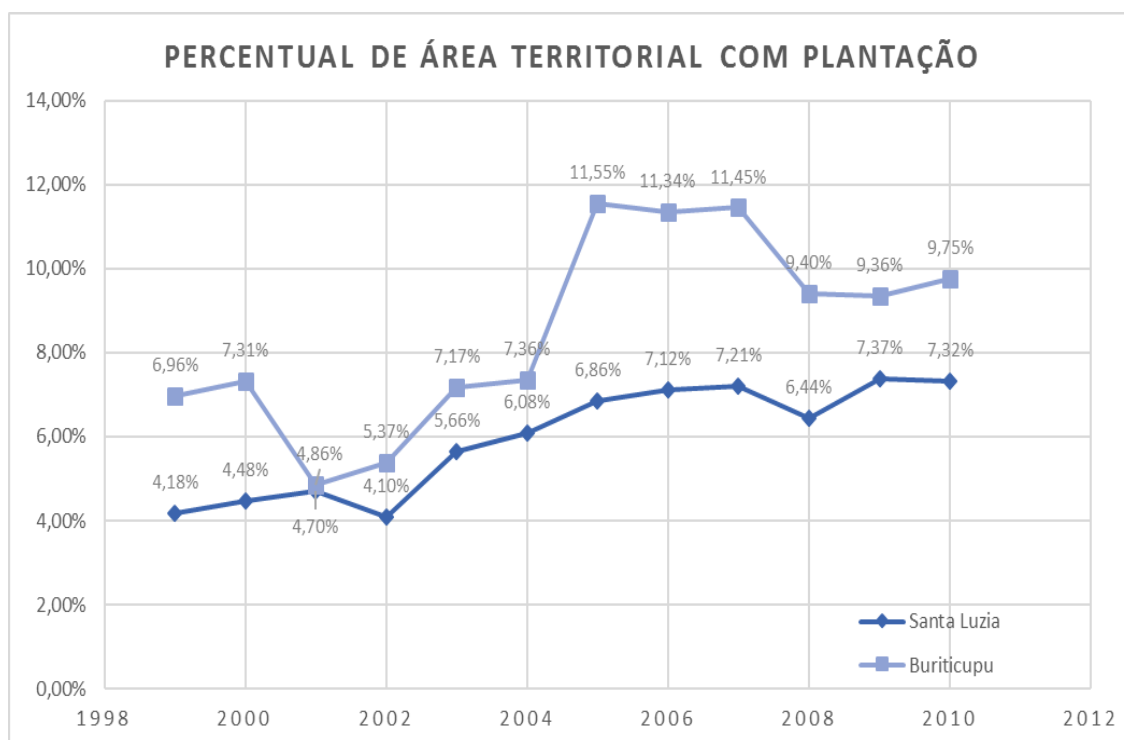
Iniciando as análises sobre a agricultura dos municípios, podemos destacar que os dados agrícolas encontrados se datam a partir da década de 1990, quando as primeiras séries históricas começaram a ser contabilizadas. Podemos supor, entretanto, que essa data inicial reflita, em grande medida, os eventos ocorridos nos municípios a partir da década de 1970.

Primeiramente, partiremos para as análises sobre o percentual de áreas ocupadas nos municípios destinadas às plantações e, também, como se deu o crescimento dessas áreas ao longo dos anos. Antes do processo de colonização, a região onde se encontram os municípios de Santa Luzia e

Buriticupu era pouco habitada, conseqüentemente, manifestações para qualquer tipo de desenvolvimento era desacreditado. A partir da colonização e da realização dos assentamentos, a agricultura pôde ser introduzida nessa região, levando assim, uma forma de desenvolvimento que antes não era imaginada.

Seguindo essa visão, o gráfico 1 contabiliza a área destinada às plantações nos municípios nos anos de 1999 a 2010.

Gráfico 1: Área ocupada por plantações nos municípios de Santa Luzia e Buriticupu



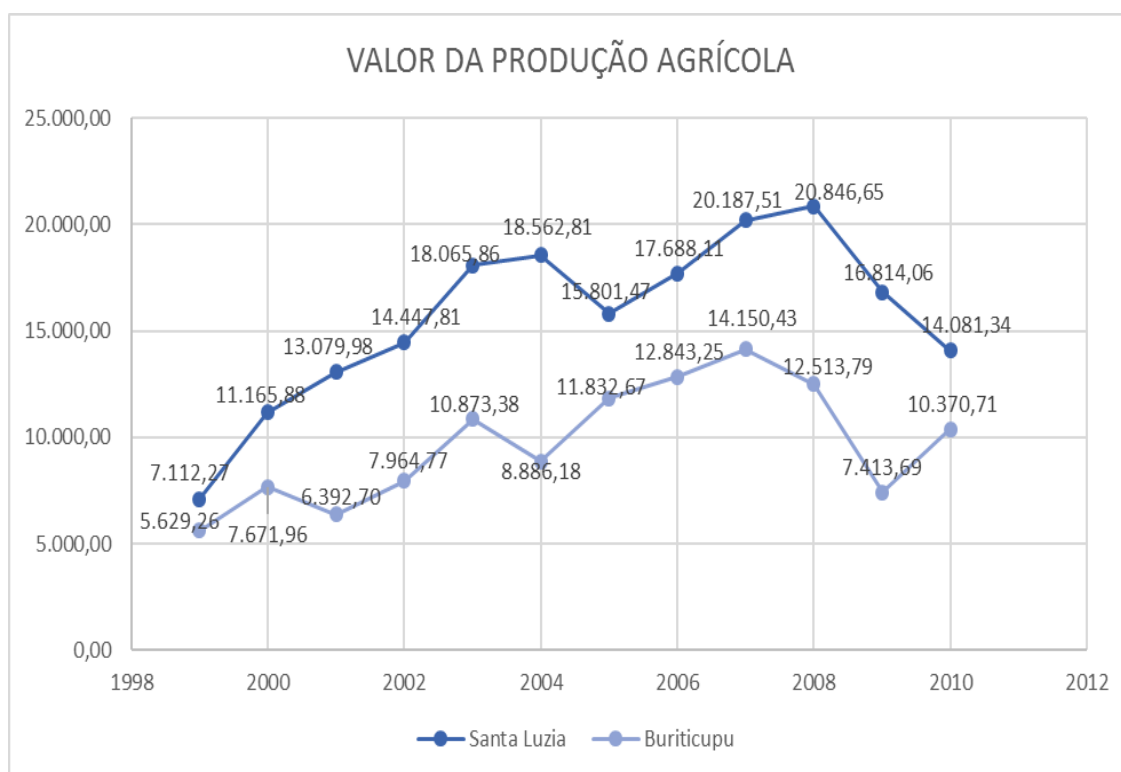
Fonte: Adaptado de DATASUS, IPEADATA (2015).

O gráfico 1 representa o percentual de área ocupada destinada às plantações nos municípios de estudo. No decorrer dos anos apresentados podemos observar um aumento na área utilizada, nos dois municípios, indicando um aumento da participação agrícola nas economias de cada município. Santa Luzia apresenta um crescimento mais regular, isso é devido ao aumento do PIB e de um avanço no setor da indústria e agropecuária no município – veremos mais sobre isso no capítulo seguinte. Enquanto isso, Buriticupu apresentou algumas flutuações em sua área utilizada ao longo dos anos; esse fator é decorrente também das mudanças no PIB do município, todavia, mostrou-se que Buriticupu têm investido na agricultura nos últimos anos, conseqüentemente, a área destinada às plantações deve continuar crescendo.

Todavia, o que se nota também é que a área destinada às plantações no município de Buriticupu é maior do que a área destinada do município de Santa Luzia, mesmo Buriticupu tendo uma área territorial total menor. O que podemos destacar é que a agricultura tem uma maior importância para o município de Buriticupu. Entre os anos de 2005 a 2007 Buriticupu registrou a maior porcentagem de área destinada, cerca de 11% (período apresentado por uma alta no PIB); já em Santa Luzia, esse período de maior área destinada às plantações ocorreu entre 2009 e 2010 (nesse caso também foi um período em que o PIB desse município esteve em elevação).

O gráfico 2 nos apresenta o valor da produção agrícola nos municípios de Santa Luzia e Buriticupu, a análise se dá entre os anos de 1999 a 2010.

Gráfico 2: Valor da produção agrícola
Série histórica | Em mil reais, a preços do ano 2000.



Fonte: Adaptado de IPEADATA (2015).

Nesse segundo gráfico temos o valor da produção agrícola dos municípios cotados em mil reais, de acordo com os preços do ano 2000. O valor da produção praticamente dobrou, nos dois municípios, ao longo dos anos, porém, o que se percebe é que o município de Santa Luzia tem um faturamento

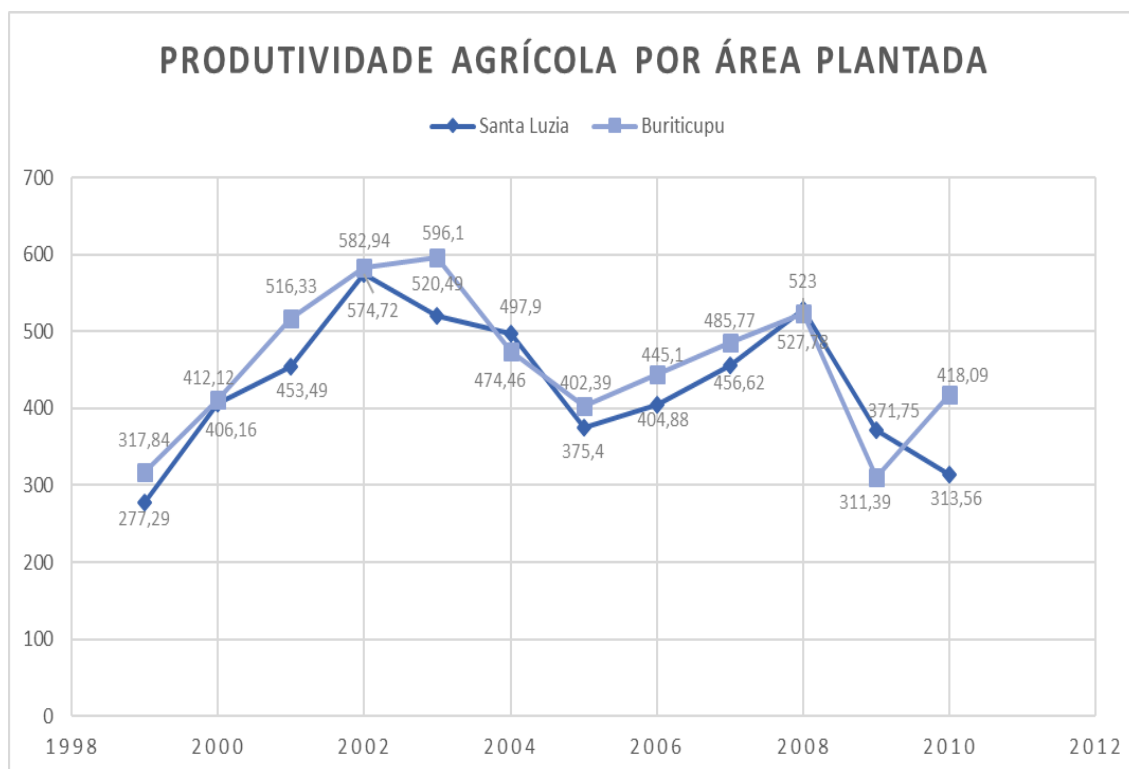
maior do que o município de Buriticupu – esses fatores estão relacionados ao aumento da participação da agropecuária e da indústria na economia dos municípios, veremos isso nos gráficos 9.1 e 9.2.

Levando em consideração o primeiro gráfico, onde, o município de Buriticupu mostrou ter uma área destinada às plantações maior do que Santa Luzia, o que vemos aqui é que o valor da produção em Santa Luzia é maior. Isso pode decorrer de alguns fatores, dentre eles, a fertilidade do solo, algum tipo determinado de alimento que é ali cultivado ou até mesmo a participação do governo municipal, com investimentos na produção agrícola do município.

O gráfico 3 nos apresenta a produtividade agrícola dos municípios, a série segue os mesmos anos anteriores.

Gráfico 3: Produtividade agrícola por área plantada

Série histórica | Produção por hectare | R\$/ha a preços do ano 2000.



Fonte: Adaptado de IPEADATA (2015).

O gráfico 3 nos mostra a produtividade agrícola por área plantada dos municípios. Esses valores nos são dados a partir da produção de cada hectare e são calculados de acordo com o preço do ano 2000. Diferente dos outros dois gráficos anteriores, esse gráfico nos apresenta uma menor diferença entre os

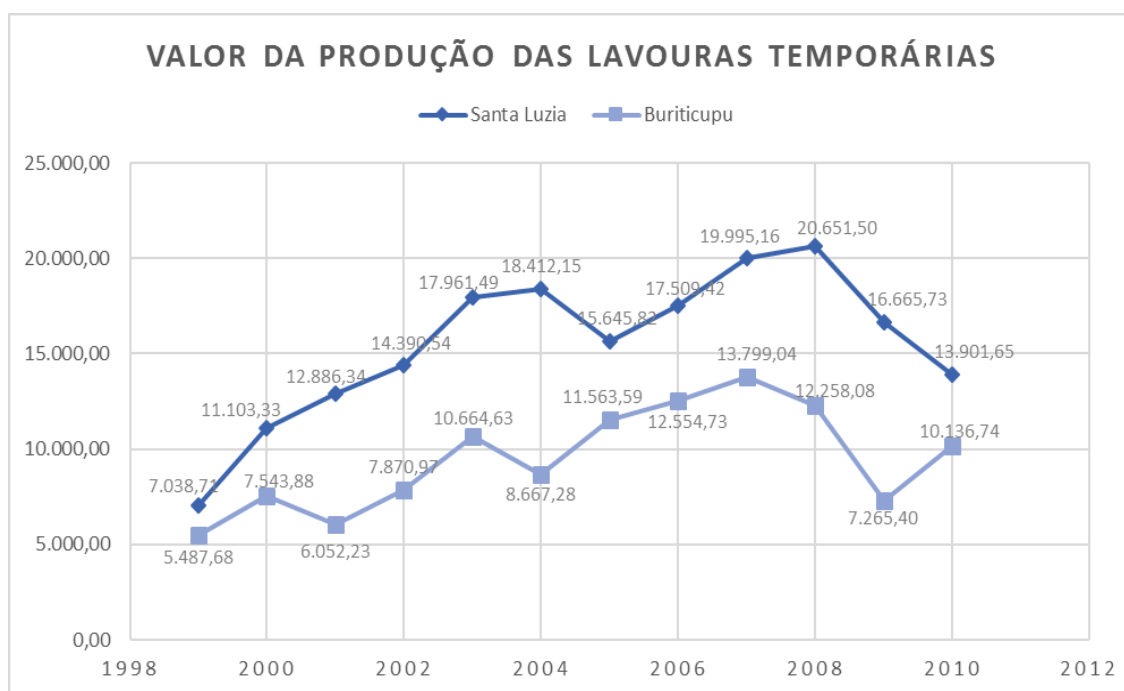
municípios de Santa Luzia e Buriticupu, indicando que ao longo dos anos a produtividade de ambos teve mais ou menos os mesmos pontos de queda ou de crescimento. Os alimentos com maior participação na produtividade agrícola dos municípios são o arroz, feijão e o milho.

Destacamos nesse tópico que a produção nos municípios teve uma mudança do ano de 2010 para o ano atual, mas, em virtude de não possuir dados totalizados para a formação de um novo estudo, foram utilizados os dados mais “antigos” para a explicação deste gráfico. Atualmente, podemos observar uma aproximação da indústria da soja e de eucaliptos nos municípios de estudo.

O gráfico 4 nos apresenta o valor da produção das lavouras temporárias dos municípios de Santa Luzia e Buriticupu. Antes de fazer a análise desse tópico, é importante informar o que seria uma lavoura temporária; as lavouras temporárias abrangem as áreas plantadas ou em preparo para o plantio de culturas de curta duração (via de regra, menor que um ano) e que necessitem, geralmente, de novo plantio após cada colheita (IBGE). Nos municípios de Santa Luzia e Buriticupu essas lavouras temporárias se destacam pela plantação de milho e arroz.

Gráfico 4: Valor da produção das lavouras temporárias

Série histórica | Em mil reais, a preço do ano 2000.



Fonte: Adaptado de IPEADATA (2015).

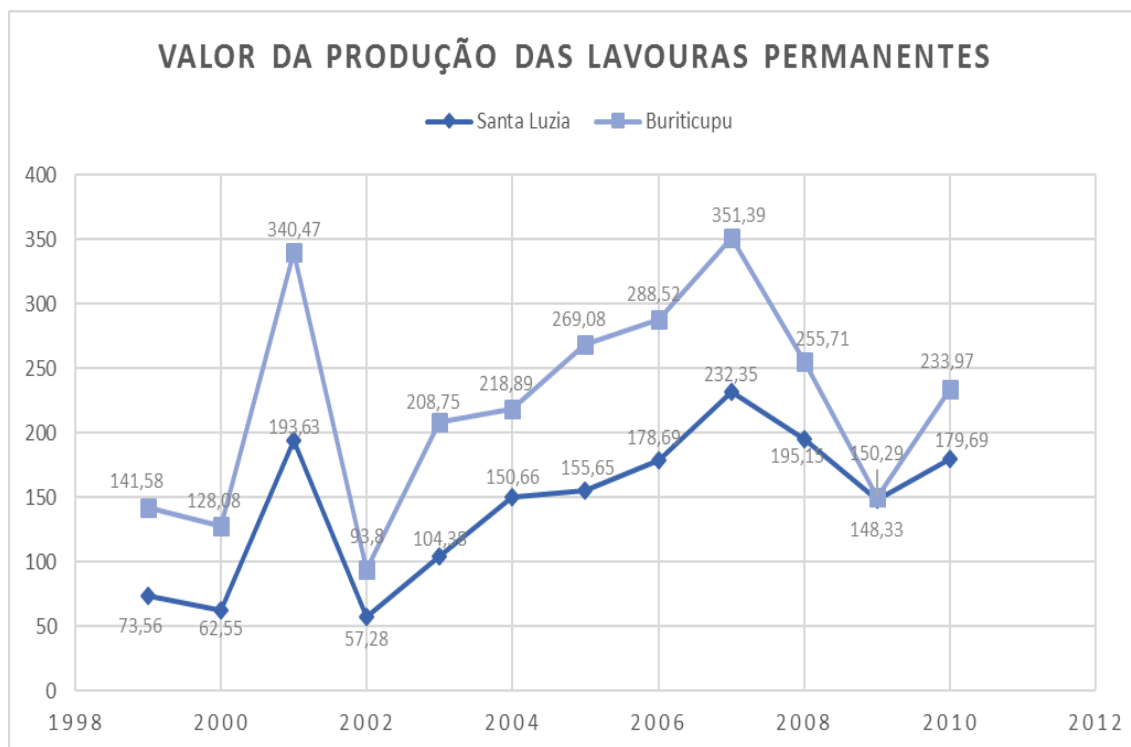
Esse gráfico nos revela o valor da produção das lavouras temporárias nos municípios de Santa Luzia e Buriticupu, com os seus valores calculados em mil reais, de acordo com o preço do ano 2000. Ao longo dos anos podemos observar que esse valor quase que dobrou, em ambos os municípios, e o município de Santa Luzia apresentou um desempenho melhor do que Buriticupu, levando em consideração o último ano apresentado. Os municípios mantiveram seu crescimento mais ou menos constante até o ano de 2007, onde, após isso, uma queda pôde ser vista, em virtude das turbulências que aconteceram na economia brasileira, os municípios de Santa Luzia e Buriticupu acabaram sofrendo quedas em sua produção também. Em 2009 o município de Buriticupu conseguiu se recuperar e voltou a crescer, o mesmo não aconteceu com Santa Luzia, que, teve uma retomada de crescimento mais tardia.

Dentre as lavouras temporárias dos municípios, primeiramente falando sobre Santa Luzia, podemos destacar o cultivo de abacaxi, arroz, feijão, mandioca e milho. Já em Buriticupu, destacamos o cultivo do feijão e do milho.

O gráfico 5 nos apresenta o valor da produção permanente dos municípios de Santa Luzia e Buriticupu. Lavouras permanentes compreendem as áreas plantadas ou em preparo para o plantio de culturas de longa duração, que após a colheita não necessitem de novo plantio, produzindo por vários anos sucessivos (IBGE).

Gráfico 5: Valor da produção das lavouras permanentes

Série histórica | Em mil reais, a preço do ano 2000.



Fonte: Adaptado de IPEADATA (2015).

No último gráfico desta seção apresentamos o valor das lavouras permanentes, calculadas em mil reais de acordo com o preço do ano 2000. O que notamos nesse gráfico é que o valor da produção das lavouras permanentes tem um valor mais elevado no município de Buriticupu, indicando, que o município tenha um investimento maior nessa área, tanto na produção, com o auxílio aos cultivadores, quanto na distribuição da mercadoria. O município de Santa Luzia não apresenta essa mesma formação.

Levando em consideração o valor total da produção agrícola dos dois municípios, o que se nota é que a produção nas lavouras temporárias tem uma participação muito maior do que o valor das lavouras permanentes no valor total da produção. Destacamos aqui a importância que essa produção tem para a economia dos municípios.

No município de Santa Luzia o milho, o arroz, a mandioca, o feijão – sendo esses quatro de lavouras temporárias – e a banana – e essa última de lavoura permanente – são os cinco alimentos mais cultivados nas lavouras. Já em Buriticupu, temos esses mesmos alimentos sendo cultivados, mas, observa-

se uma produção considerável de tomates no município – esse, fazendo parte das lavouras temporárias.

Com esses dados apresentados, podemos constatar o crescimento do setor agrícola nos dois municípios. Ao longo dos anos, a produção nos municípios passou por momentos de crescimento e de queda, todavia, se formos comparar os anos de 1999 e 2010, podemos ver um aumento considerável nesse setor; esse fator é devido ao aumento do investimento na agricultura.

Os fatores que levam a esse crescimento são vários; no ano de 1999 o município de Buriticupu tinha poucos anos de emancipação, a organização municipal não estava em pleno funcionamento e não dispunha de valores necessários para investir na agricultura. O governo do estado também tem participação nesses fatores, através de incentivos à produção agrícola. No próximo capítulo analisaremos melhor esses fatores e quais efeitos que a colonização e os assentamentos tiveram para o desenvolvimento desses dois municípios.

De acordo com as teorias vistas no primeiro capítulo e das demonstrações feitas neste capítulo, podemos concluir que os municípios apresentaram um desenvolvimento agrícola considerável. Até antes da colonização, as práticas agrícolas na região eram pequenas, basicamente para a subsistência. Com a chegada dos colonos, atividades envolvendo a agricultura começaram a crescer e se expandir, surgindo até atividades madeireiras na região.

Como apresentado nos gráficos, as produções nos municípios cresceram ao longo dos anos; tanto às áreas destinadas as plantações como o valor real da produtividade obtiveram um crescimento satisfatório. O que podemos destacar aqui é esse desenvolvimento não foi algo tão simples. Desde o início da colonização o processo de introdução agrícola na região se mostrou como algo que requeria atenção, a expropriação das terras acabou gerando conflitos e a reapropriação gerou tantos conflitos quanto o anterior.

4. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NOS MUNICÍPIOS DE SANTA LUZIA E BURITICUPU – MA

É diante dessas transformações na agricultura nos municípios de Santa Luzia e Buriticupu que, no último capítulo, analisaremos o desenvolvimento agrícola e econômico dos mesmos, inclusive na perspectiva de identificar possíveis relações entre mudança nas situações agrícolas e agrárias e as mudanças em termos de indicadores de desenvolvimento.

Como desenvolvimento, pode ser entendido como um processo de mudanças socioeconômicas, uma questão central que se coloca é sua mensuração. Nesse sentido, apresentaremos referências de desenvolvimento econômico dos municípios em Santa Luzia e Buriticupu e suas possíveis relações com as características da agricultura nesses municípios.

Trataremos primeiramente sobre os indicadores econômicos, com destaque para o PIB, PIB *per capita*, dados populacionais e o Valor Bruto da Produção dos municípios. Na segunda parte, utilizaremos os indicadores sociais para identificar transformações a partir da década de 1990. Destacam-se o IDH dos municípios, Índice de Gini, nível de pobreza da população, número de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família, porcentagem de pessoas que possuem acesso à eletricidade e outros indicadores importantes nesse estudo.

4.1. Desenvolvimento econômico gerado nos municípios de Santa Luzia e Buriticupu nas últimas décadas

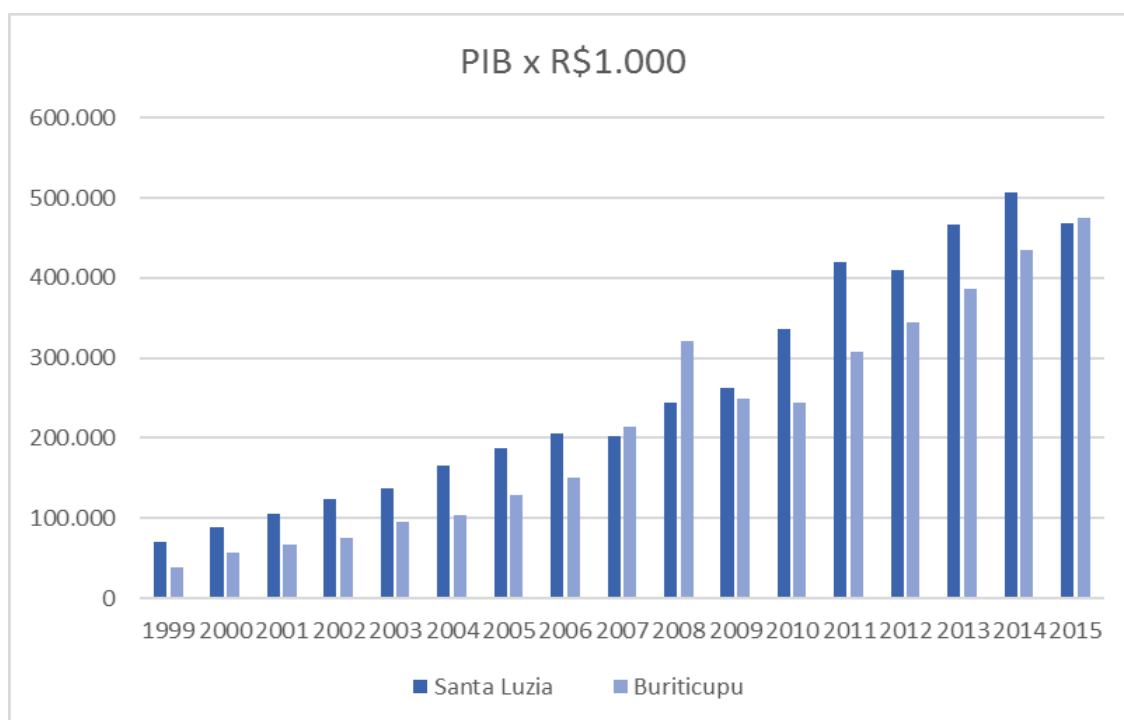
A partir desses fatos, iniciaremos agora algumas análises de indicadores de desenvolvimento dos municípios de Santa Luzia e de Buriticupu. A exposição será feita a partir do estudo de uma série histórica, demonstrando como se deu o desenvolvimento desses municípios ao longo desses anos.

Esse estudo contará com a mesma faixa de anos utilizados anteriormente, todavia, em casos específicos, alguns anos serão modificados. Conseqüentemente, alguns dados de censos que só são repassados de dez em dez anos serão tratados também de forma diferente aos anteriores. Os primeiros indicadores a serem analisados serão os econômicos, como o PIB e o PIB *per capita*.

O primeiro indicador a ser analisado será o PIB municipal, conforme demonstrado no gráfico 6.

Gráfico 6 – Produto Interno Bruto – PIB Municipal de Santa Luzia e Buriticupu

Série histórica | PIB a preços correntes



Fonte: IBGE, 2018. Elaboração própria.

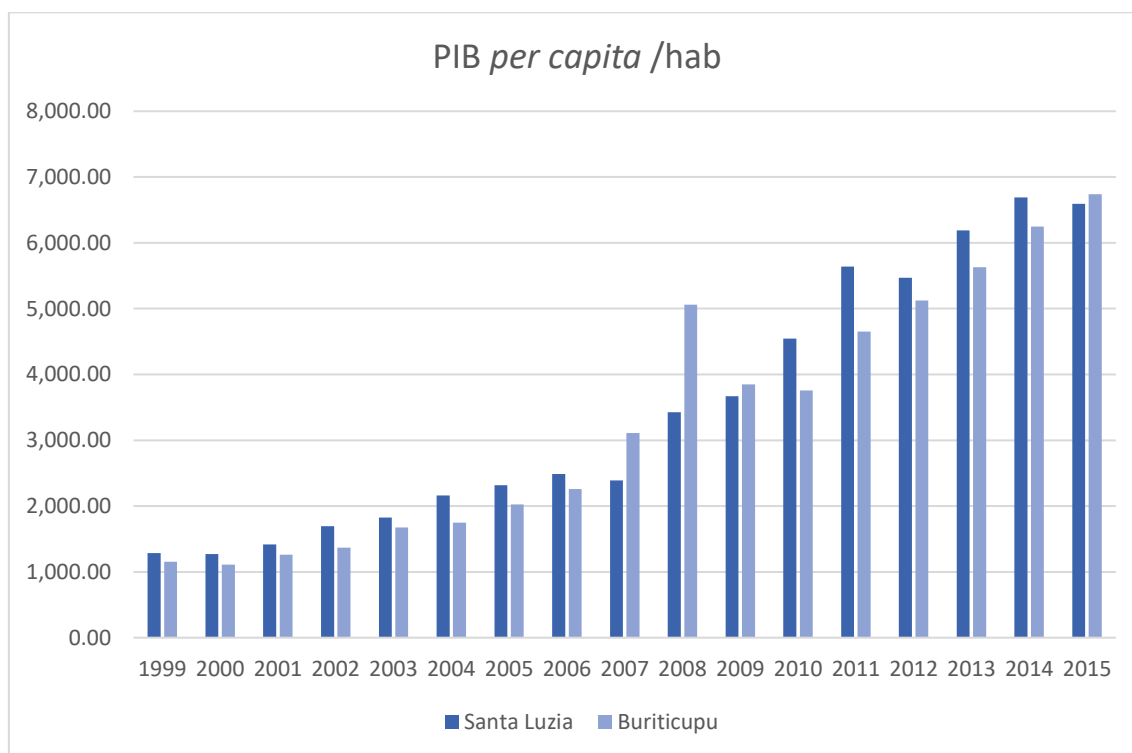
Com os dados apresentados nesse gráfico podemos observar uma elevação considerável do PIB nos dois municípios ao longo dos anos. O PIB em Buriticupu expressa o crescimento mais interessante, passou de pouco mais de 50.000 reais nos anos 2000 para mais de 450.000 em 2015, ultrapassando o PIB de Santa Luzia, que representou valor mais elevado nos anos anteriores. O PIB de Buriticupu representa o 20º maior do estado do Maranhão, enquanto que o de Santa Luzia ocupa a 21ª posição.

Levando em consideração o gráfico 1, onde estava representando a porcentagem de áreas destinadas às plantações nos municípios, podemos ver que seu crescimento foi mais ou menos relacionado com o PIB dos municípios. No último ano apresentado no gráfico 1, os índices estavam subindo, em concordância apresentada com o PIB aqui no gráfico 6.

O próximo gráfico a ser analisado é o PIB *per capita*, veremos os dados dos municípios a partir dos mesmos anos de estudo do PIB.

Gráfico 7 - PIB *per capita* de Santa Luzia e Buriticupu

Série histórica | PIB a preços correntes | Em reais por habitante



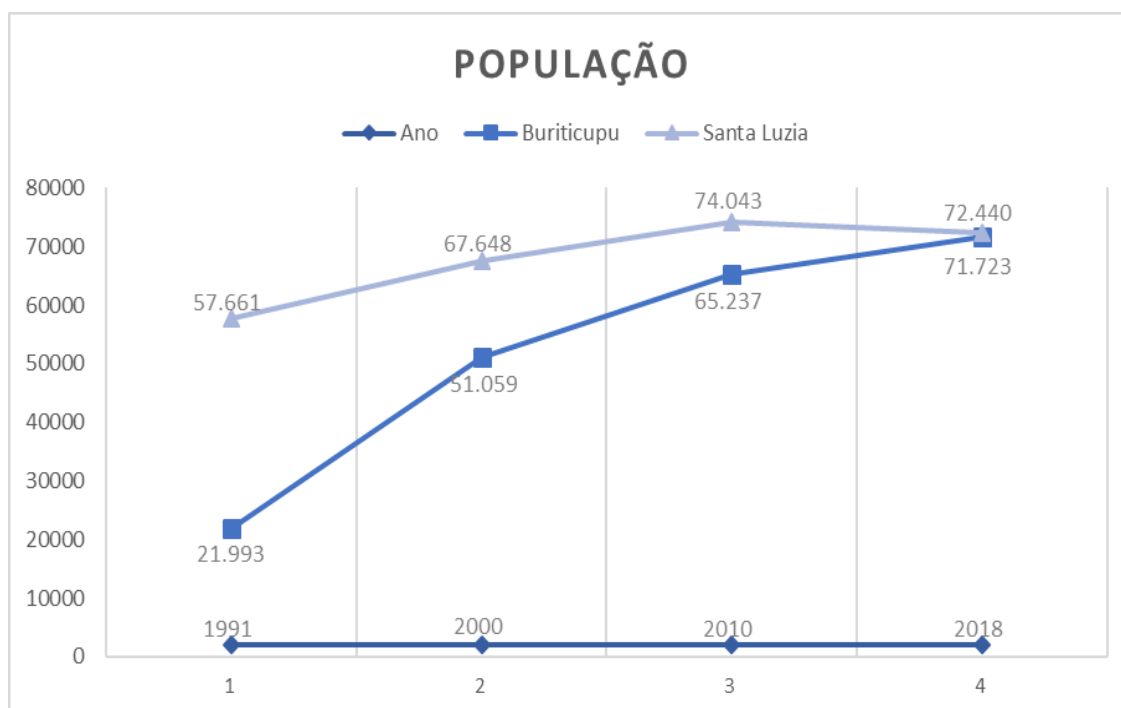
Fonte: IBGE, 2018. Elaboração própria.

A partir desses dados podemos observar a evolução do PIB *per capita* ao longo desses anos. No ano de 1999 o PIB *per capita* por habitante era pouco mais de R\$ 1.000 em cada um dos municípios; em 2015 esse valor ultrapassou os R\$ 6.500. O PIB *per capita* municipal representa o PIB dividido pela quantidade de habitantes do município.

Essa elevação do PIB *per capita* representou um maior investimento no indivíduo, por parte do município; pode ser representada através de investimento em educação, saúde, infraestrutura ou saneamento básico. Esse aumento no PIB *per capita* está relacionado ao aumento do PIB, onde, vemos que a economia dos municípios se mostra em um estágio de crescimento, depois de ter passado por algumas flutuações em anos anteriores.

O gráfico 8 nos mostra a população recenseada nos anos de 1991, 2000, 2010 e 2018. Diferentemente dos outros gráficos, não foram encontrados dados para formular uma série histórica entre 1999 a 2015.

Gráfico 8 – População Recenseada de Santa Luzia e Buriticupu



Fonte: IBGE, 2018. Elaboração própria.

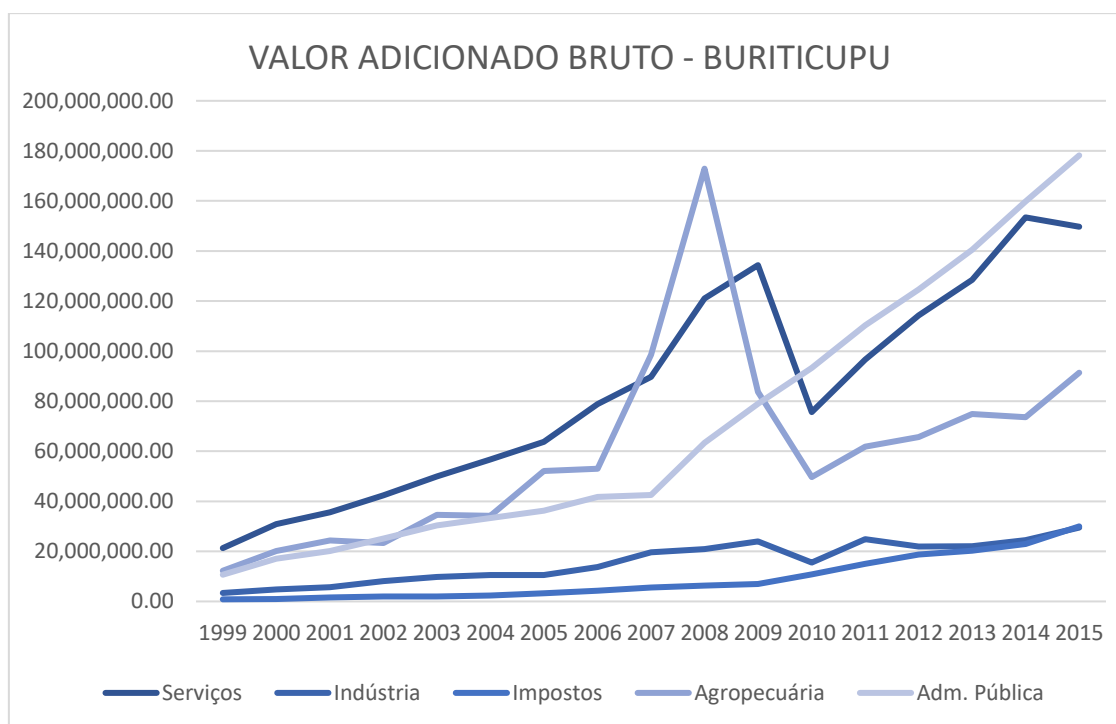
Entre 2000 e 2010, a população de Buriticupu cresceu a uma taxa média anual de 2,48%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 50,95% para 54,86%. Em 2010 viviam, no município, 65.237 pessoas. Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 9,81%. Na UF, esta taxa foi de 1,53%, enquanto no Brasil foi de 1,63%, no mesmo período. Na década, a taxa de urbanização do município passou de 0,00% para 50,95%.

Entre 2000 e 2010, a população de Santa Luzia cresceu a uma taxa média anual de 0,91%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 31,43% para 34,83%. Em 2010 viviam, no município, 74.043 pessoas. Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 1,79%. Na UF, esta taxa foi de 1,53%, enquanto no Brasil foi de 1,63%, no mesmo período. Na década, a taxa de urbanização do município passou de 31,16% para 31,43%.

O gráfico 9.1 representa o Valor Adicionado Bruto – VAB – inicialmente do município de Buriticupu, entre os anos de 1999 a 2015.

Gráfico 9.1 – Valor Adicionado Bruto por atividade econômica no PIB – Buriticupu

Série histórica | VAB a preços correntes | R\$



Fonte: IBGE, 2018. Elaboração própria.

O VAB é o valor que cada setor da economia acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região; o PIB representa a soma desses setores. Aqui nesse gráfico vemos os valores de cada setor do município de Buriticupu, onde, entre os anos de 1999 a 2015 podemos perceber uma elevação em todos os setores.

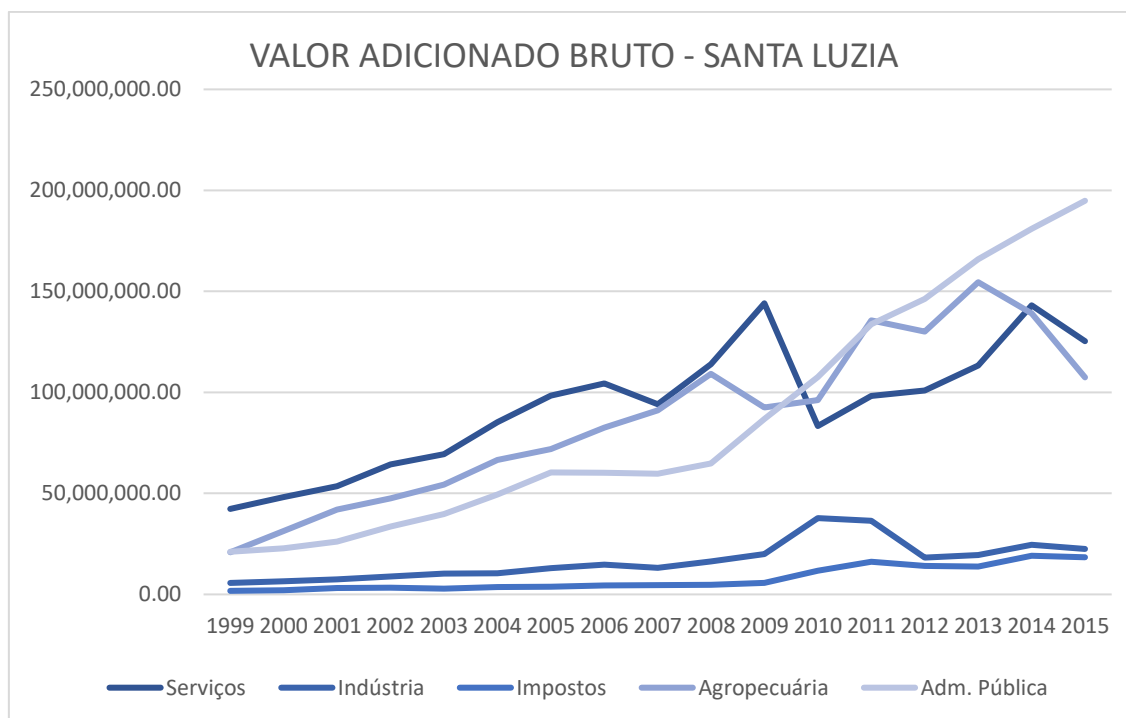
Embora tenha apresentado um crescimento real se comparado ao ano de início da análise, podemos ver que ocorreram algumas quedas em alguns momentos, como em 2010, onde os setores de serviços, agropecuária e indústria apresentaram uma queda considerável. A administração pública foi o setor que representou maior crescimento, indicando uma maior participação da atividade municipal no PIB, logo seguido pelo setor dos Serviços.

Relacionando ao gráfico 2, onde é apresentado o valor da produção agrícola dos municípios, 2007 e 2008 representaram os anos com valor mais elevado na produção. Segundo o gráfico 9.1, que apresenta o VAB do município de Buriticupu, em 2007 e 2008 o setor da agropecuária apresentou seu momento de maior crescimento, em concordância ao que foi apresentado no gráfico 2.

O gráfico 9.2 apresenta o VAB do município de Santa Luzia, com os mesmos anos de análise do município de Buriticupu.

Gráfico 9.2 – Valor Adicionado Bruto por atividade econômica no PIB – Santa Luzia

Série histórica | VAB a preços correntes | R\$



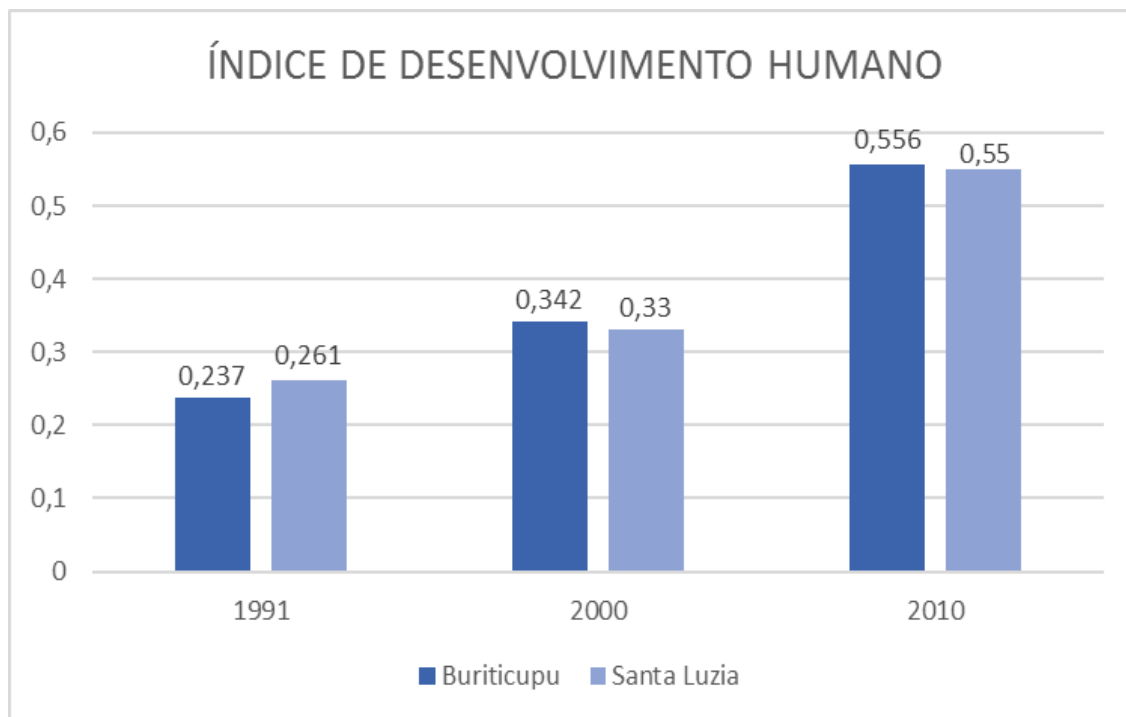
Fonte: IBGE, 2018. Elaboração própria.

Nesse gráfico vemos o VAB do município de Santa Luzia entre os anos de 1999 a 2015. Com relação ao ano 1999, vemos um crescimento em todos os setores, assim como em Buriticupu, aqui, o setor da Administração Pública também foi o que apresentou o crescimento mais elevado. Aqui, os impostos aparecem como o setor com menor participação no PIB.

Relacionando ao gráfico 2, que nos apresentou o valor da produção agrícola dos municípios, o ano de 2008 representou o ano em que o valor da produção em Santa Luzia esteve mais elevado. Comparando agora com o gráfico 9.2, podemos perceber que o ano de 2008 apresentou um valor considerável ao setor da agropecuária, seguido de queda nos anos seguintes e, voltando a crescer no ano de 2011. Assim como o setor da agropecuária se mostrou com um valor considerável em Buriticupu, esse mesmo momento pôde ser observado em Santa Luzia, indicando concordância com o gráfico 2.

O gráfico 10 apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano dos dois municípios, o estudo se concentra entre os anos de 1991 a 2010. Essa análise não ocorrerá nos mesmos anos demonstrados anteriormente, em virtude de os censos serem lançados apenas de dez em dez anos.

Gráfico 10 – Evolução do IDH municipal de Santa Luzia e Buriticupu



Fonte: PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2015. Adaptado de Atlas Brasil.

O IDH de Buriticupu é 0,556, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano baixo (IDH entre 0,500 e 0,599). O IDH de Santa Luzia é 0,550, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano baixo também. Mas, levando em consideração os anos estudados, podemos observar que houve um crescimento nos dois municípios, indicando um maior investimento no desenvolvimento humano da população.

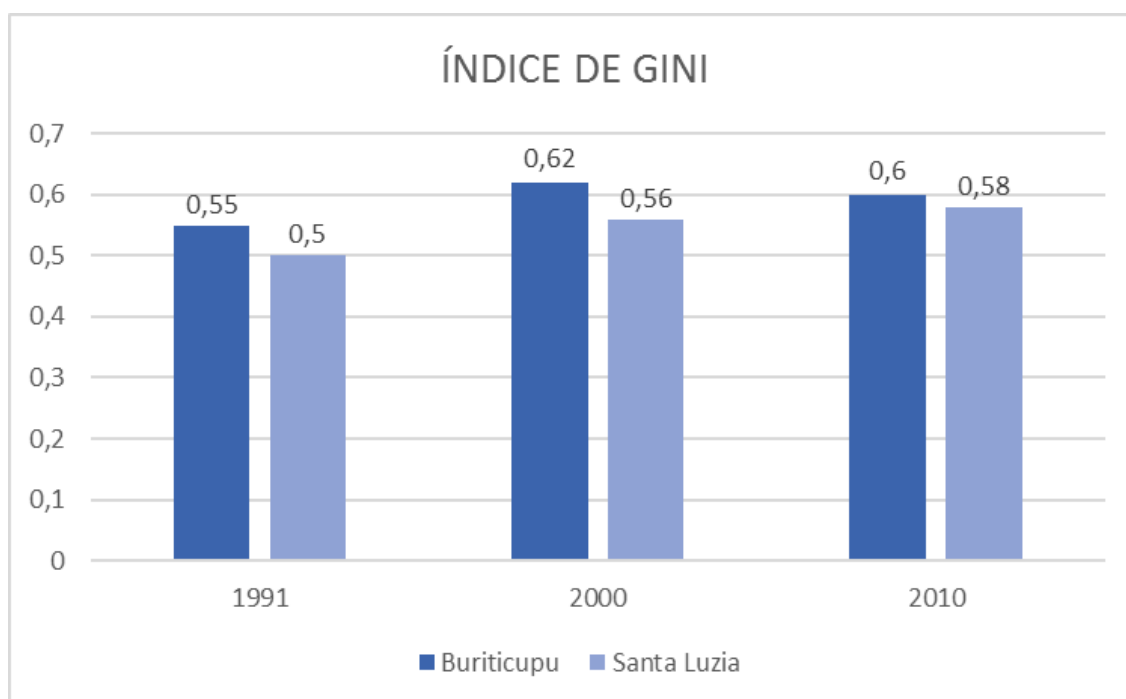
De 1991 a 2010, o IDH de Buriticupu passou de 0,237, em 1991, para 0,556, em 2010, enquanto o IDH da Unidade Federativa (UF) passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 134,60% para o município e 47% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 58,19% para o município e 53,85% para a UF (IBGE).

De 1991 a 2010, o IDH de Santa Luzia passou de 0,261, em 1991, para 0,550, em 2010, enquanto o IDH da Unidade Federativa (UF) passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 110,73% para o município e 47% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 60,89% para o município e 53,85% para a UF (IBGE).

O IDH (medido pelo PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) é um índice que varia de 0 a 1 e que leva em consideração a expectativa de vida da população, a taxa de mortalidade, os investimentos públicos em saúde e o nível de desigualdades. Ao todo, 177 países realizam essa medição, representando quase o mundo inteiro. Como podemos perceber, existe uma subdivisão que distingue os países com IDH alto, médio e baixo. O IDH de países que apresentam uma média acima de 0,8 é considerado alto, o IDH que está entre 0,5 e 0,79 é considerado médio e o IDH inferior a 0,5 é considerado baixo.

O gráfico 11, a seguir, nos apresenta o Índice de Gini dos municípios, entre os anos de 1991 a 2010.

Gráfico 11 – Evolução do Índice de Gini dos municípios de Santa Luzia e Buriticupu



Fonte: PNUD, Ipea (2015). Adaptado de Atlas Brasil.

O Índice de Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

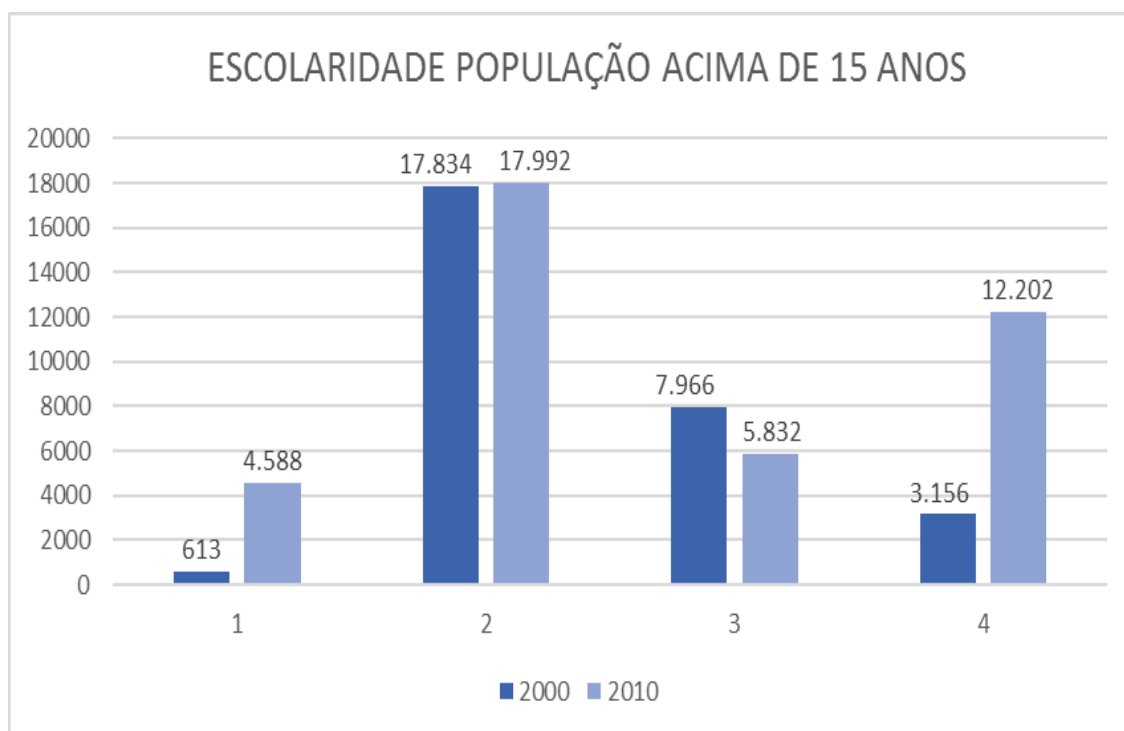
A evolução da desigualdade de renda no município de Buriticupu nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,55 em 1991, para 0,62 em 2000, e para 0,60 em 2010. Já em Santa Luzia, o Índice de Gini era 0,50 em 1991, passou para 0,56 em 2000, e para 0,58 em 2010. Observemos que existe uma maior desigualdade de renda no município de Buriticupu.

Esse nível de desigualdade pode ser observado em alguns casos anteriores, comparando as análises feitas sobre a agricultura dos municípios. Observou-se ao longo dos gráficos de 1 a 5 que o município de Santa Luzia apresentou uma maior concordância entre os gráficos, tanto na porcentagem de área ocupadas por plantações, quanto no valor da produção. O município de Buriticupu não se mostrou com a mesma concordância, apresentando flutuações entre as análises feitas.

Para o próximo gráfico, apresentaremos o nível de escolaridade da população. Países desenvolvidos apresentam níveis de escolaridade altos, revelando um bom investimento e funcionamento dos setores; conseqüentemente, nos municípios desenvolvidos acontece o mesmo. Quanto maior o nível de instrução da população, maior também é o funcionamento da economia e dos setores que a constituem.

O gráfico 12.1 nos apresenta o nível de escolaridade da população de Buriticupu acima dos 15 anos, estudo feito entre os anos de 2000 a 2010.

Gráfico 12.1 – Nível de escolaridade da população em Buriticupu



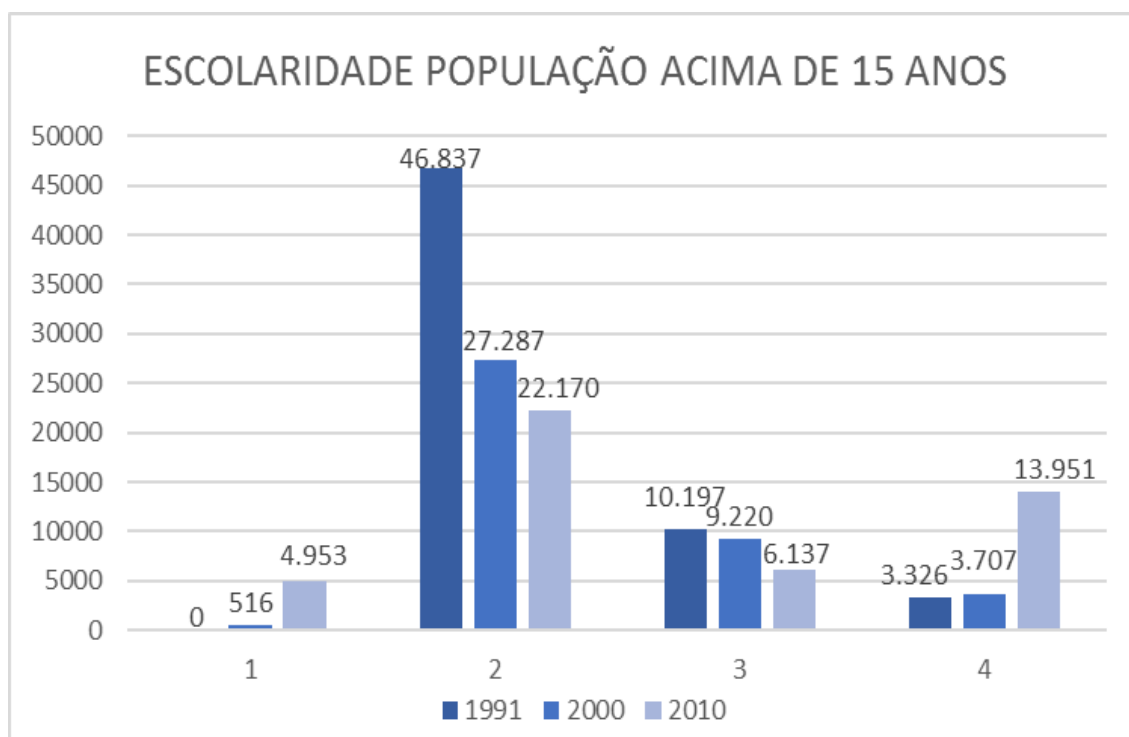
Fonte: DATASUS, 2015. Legenda: 1 – População não determinada; 2 – 0 a 3 anos de estudo; 3 – 4 a 7 anos de estudo e 4 – 8 ou mais anos de estudo. Elaboração própria.

De acordo com o gráfico, podemos ver que o número de pessoas sem estudo ou com até 3 anos de escolaridade pouco mudou nesses 10 anos de análise. O número de pessoas que possuem de 3 a 7 anos de estudo teve uma queda considerável. Já o total de pessoas que possuem mais de 8 anos de estudo teve uma elevação considerável, indicando que houve um aumento no número de pessoas que buscam uma capacitação além do ensino básico oferecido pelo município.

A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) no município foi de 96.1% em 2010 (IBGE, 2018). Isso posicionava o município na posição 140 de 217 dentre as cidades do estado e na posição 4499 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2018).

O gráfico 12.2 nos apresenta o nível de escolaridade da população de Santa Luzia acima dos 15 anos, estudo feito nos anos de 1991, 2000 e 2010.

Gráfico 12.2 – Nível de escolaridade da população em Santa Luzia



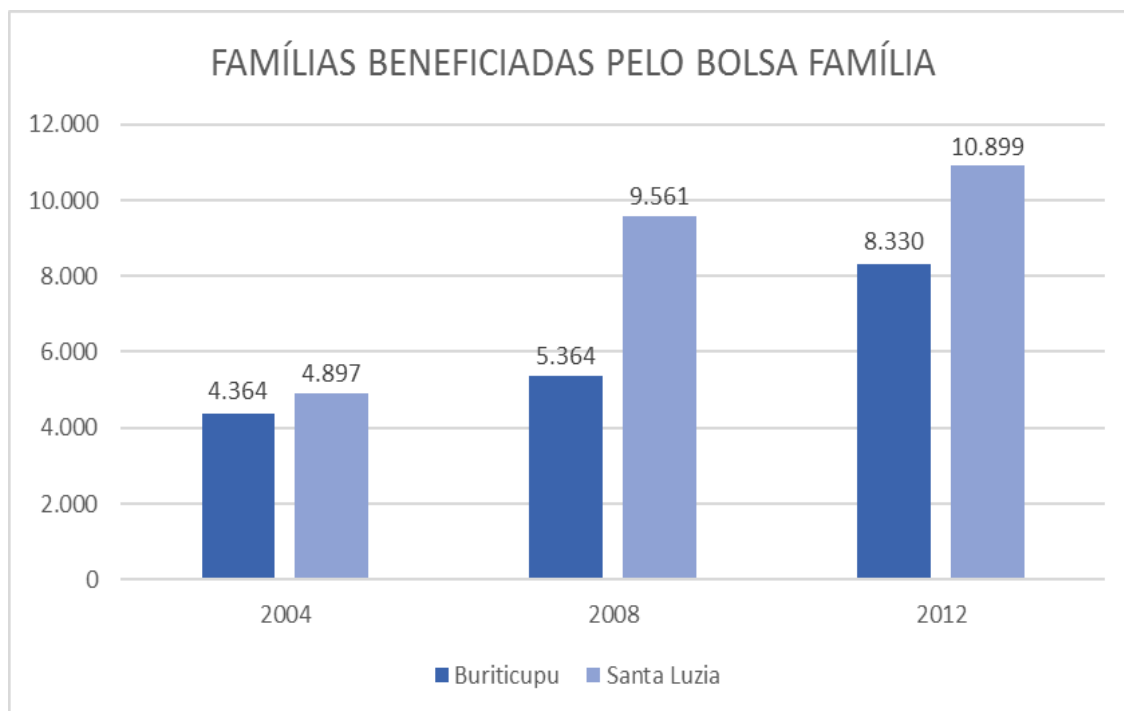
Fonte: DATASUS, 2015. Legenda: 1 – População não determinada; 2 – 0 a 3 anos de estudo; 3 – 4 a 7 anos de estudo e 4 – 8 ou mais anos de estudo. Elaboração própria.

Nesse gráfico, podemos observar o nível de escolaridade do município de Santa Luzia nos anos de 1991 a 2010. Primeiramente, vemos uma queda considerável no número de pessoas sem nenhuma instrução e/ou com até 3 anos de estudo; de 1991 a 2010 o valor quase caiu pela metade. No segundo momento analisamos o número de pessoas que possuem de 4 a 7 anos de estudo, percebe-se que teve uma queda nesse número também, bem pequena comparando 1991 com os anos 2000, mas, mais considerável considerando os anos de 2000 a 2010. Por último, têm-se o número de pessoas que possuem de 8 a mais anos de estudo, vemos um crescimento relevante entre os anos, indicando, assim como em Buriticupu, que as pessoas estão buscando uma maior qualificação.

A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) no município de Santa Luzia foi de 95% em 2010. Isso posicionava o município na posição 178 de 217 dentre as cidades do estado e na posição 5014 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Veremos no gráfico 13 outro indicador social, que é o número de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família nos municípios de Buriticupu e Santa Luzia nos anos de 2004, 2008 e 2012.

Gráfico 13 – Número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família em Santa Luzia e Buriticupu



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2015. Elaboração própria.

Podemos observar, de acordo com esse gráfico, um aumento considerável no número de benefícios concedidos ao longo desses anos. Isso se deve à expansão do programa no país, onde um maior número de famílias foi cadastrada e estava no alvo do programa. De 2004 a 2012 ocorreu um aumento de mais que o dobro, nos dois municípios, contribuindo para o combate à pobreza nos municípios.

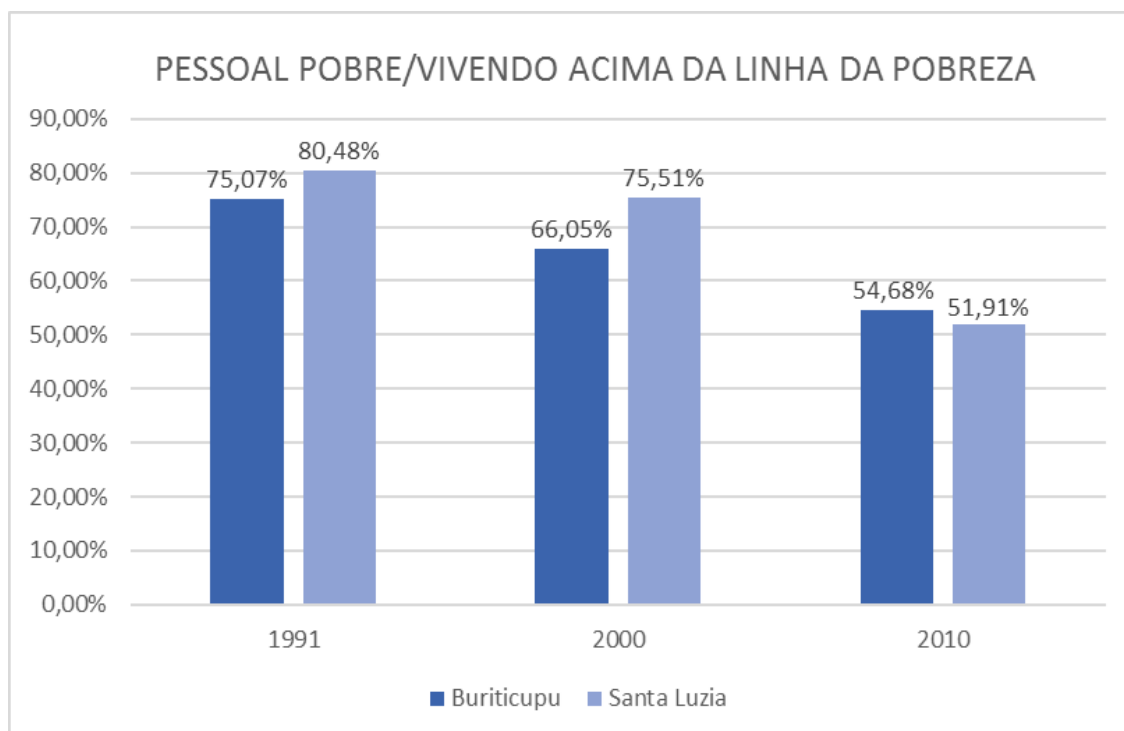
Segundo a ONU, o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2015, do PNUD, destacou o Bolsa Família como essencial para a redução da pobreza multidimensional, por promover acesso a saúde, educação e assistência social. O conceito de pobreza multidimensional é mais sensível à abordagem do Bolsa Família. Com as condicionalidades, ele cria uma situação de bem-estar que não está ligada somente à renda, mas também diminui as privações das famílias.

Com o auxílio do Bolsa Família, as famílias da região têm um apoio do Estado para uma melhor qualidade de vida, podendo aplicar esse dinheiro na

sua subsistência ou investi-lo em sua produção. Mesmo o valor do auxílio não sendo alto, em muitas cidades do Maranhão ele é essencial para a vida da população.

O gráfico 14 nos mostra a porcentagem de famílias pobres ou que vivem acima da linha da pobreza nos municípios de Buriticupu e Santa Luzia. As análises foram feitas nos anos de 1991, 2000 e 2010.

Gráfico 14 – Percentual da população pobre ou vivendo acima da linha da pobreza em Santa Luzia e Buriticupu



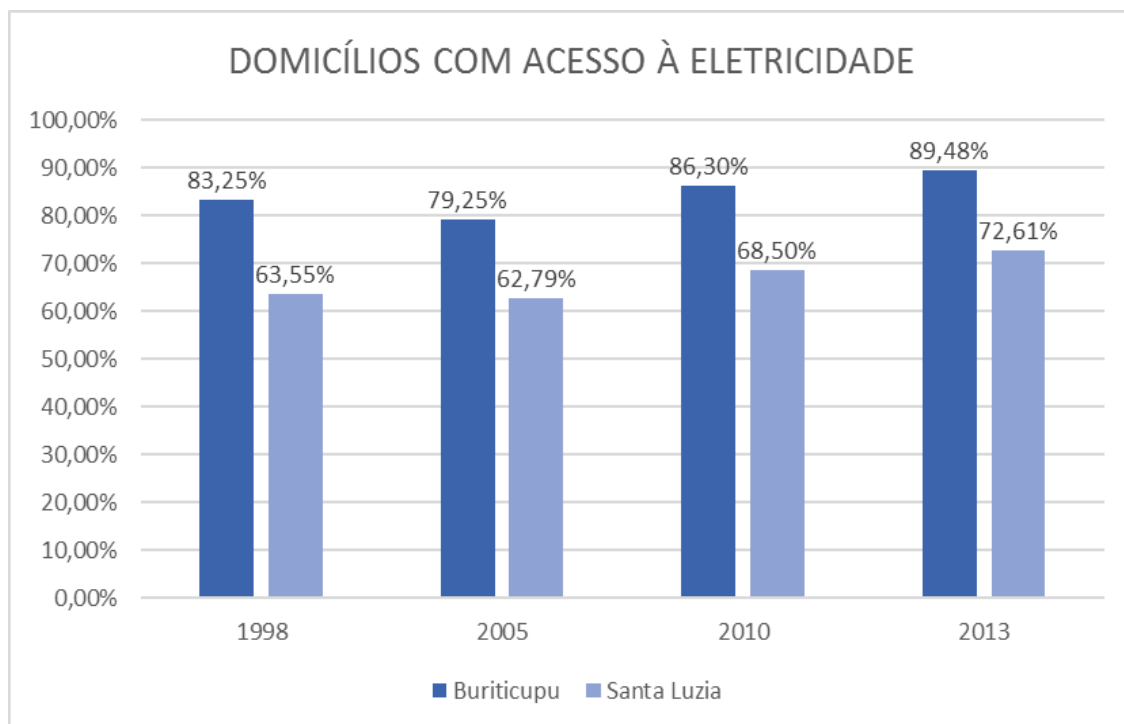
Fonte: PNUD, Ipea (2015). Adaptado de Atlas Brasil.

Observamos uma queda na porcentagem de população pobre nesses anos de estudo. Buriticupu apresentou uma queda de cerca de 21% nos anos de 1991 a 2010, enquanto que Santa Luzia apresentou uma queda maior, de cerca de quase 29% nos mesmos anos.

Podemos caracterizar o declínio dessas porcentagens ligadas ao aumento no número de famílias que recebem Bolsa Família, mas, não somente isso, a própria evolução dos dois municípios, onde, no decorrer desses quase 20 anos apresentaram um desenvolvimento em diversas áreas.

O gráfico 15 nos apresenta a porcentagem de domicílios que possuem acesso à eletricidade nos municípios. Os estudos são feitos nos anos de 1998 a 2013.

Gráfico 15 – Percentual da população que possui acesso à eletricidade em Santa Luzia e Buriticupu



Fonte: DATASUS, 2018. Elaboração própria.

No gráfico 15 podemos observar a porcentagem de famílias que possuem acesso à eletricidade em sua residência nos municípios de Buriticupu e Santa Luzia, o estudo é feito nos anos de 1998, 2005, 2010 e 2013. O gráfico nos indica um crescimento ao longo dos anos; devemos levar em consideração que nesse mesmo período houve um aumento populacional nos dois municípios, o aumento do número de famílias com eletricidade representa um desenvolvimento do município, em partes por que ele se adequou ao crescimento da população e levou eletricidade às partes que não existiam.

Podemos observar ainda que o município de Buriticupu obteve um crescimento maior do que Santa Luzia ao longo desses anos, isso pode ser explicado pelo tamanho da área dos municípios, já que Santa Luzia possui uma área territorial maior e pode ter locais de difícil acesso que impossibilitaram a chegada de energia elétrica.

Na tabela a seguir veremos os últimos indicadores a serem analisados nesse trabalho. Primeiramente, veremos os dados sobre as empresas instaladas no município de Buriticupu.

Tabela 1 – Empresas instaladas e trabalho no município de Buriticupu

ANO	UNIDADES LOCAIS	PESSOAL OCUPADO	PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO	SALÁRIO MÉDIO MENSAL
2006	384	2.318	1.950	1,5
2010	586	3.182	2.665	1,7
2016	757	2.964	2.419	1,8

Fonte: IBGE, 2018. Elaboração própria.

Nessa tabela, analisamos os dados sobre as empresas do município de Buriticupu nos anos de 2006, 2010 e 2016. Primeiramente analisando as unidades locais, vemos um aumento de quase o dobro, indicando um maior investimento em empresas no município. O pessoal ocupado total, embora que mostre um aumento entre 2006 a 2016, representou uma queda entre os anos de 2010 a 2016. O pessoal ocupado assalariado seguiu o mesmo caminho, demonstrando um aumento entre 2006 e 2016, mas, uma queda entre 2010 a 2016. O salário médio mensal no município teve um aumento nos anos, em 2016 a média mensal era de 1,8 salários mínimos.

A última tabela nos apresenta o perfil das empresas instaladas no município de Santa Luzia, a análise será de acordo com os anos de 2006, 2010 e 2016.

Tabela 2 – Empresas instaladas e trabalho no município de Santa Luzia

ANO	UNIDADES LOCAIS	PESSOAL OCUPADO	PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO	SALÁRIO MÉDIO MENSAL
2006	379	1.927	1.718	1,9
2010	481	4.024	3.642	1,9
2016	453	3.610	3.282	2,1

Fonte: IBGE, 2018. Elaboração própria.

Nessa tabela podemos ver que as empresas locais instaladas no município apresentaram um crescimento nesses anos de análise, indicando um maior investimento no município. O pessoal ocupado total, assim como em Buriticupu, apresentou um crescimento considerando os anos de 2006 e 2016,

mas, uma queda entre 2010 e 2016. O pessoal ocupado assalariado não foi diferente, teve um crescimento real nos anos estudados, mas uma queda entre 2010 e 2016. Por último, vemos que a média salarial mensal de Santa Luzia obteve uma elevação nesses anos e, que essa média mensal é mais alta que a do município de Buriticupu.

As análises de todos esses indicadores são essenciais para o resultado final desta pesquisa, que era de evidenciar se houve ou não uma evolução agrícola nos municípios de Santa Luzia e de Buriticupu e, se essa evolução gerou um desenvolvimento econômico.

Os indicadores de desenvolvimento socioeconômico nada mais são do que medidas estatísticas representativas de um recorte da realidade que têm sentido somente quando se inserem num contexto teórico-metodológico que lhe empresta o respectivo significado. Além disso, deve-se considerar ainda que são parciais e substituíveis, o que confere às análises a possibilidade da distorção ou manipulação da realidade.

A profusão de indicadores de desenvolvimento socioeconômico existentes contribuiu significativamente para a consolidação do conceito de desenvolvimento num sentido mais amplo, relativizando aspectos meramente econômicos e incorporando aspectos sociais e ambientais na sua concepção.

Enfim, é necessário considerar que indicadores de desenvolvimento não têm apenas uma única função básica – a função informativa. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico também podem ter uma função avaliativa, normativa ou decisória. Nesse sentido, a sua importância no contexto de análises de desenvolvimento socioeconômico regional é inquestionável. A utilização dos indicadores aqui apresentados foi com o intuito de demonstrar ao leitor como se deu o desenvolvimento dos municípios de Santa Luzia e de Buriticupu ao longo dos anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como principal objetivo analisar a evolução agrícola e o desenvolvimento econômico ocorridos nos municípios de Santa Luzia e Buriticupu a partir da década de 1970. De início, a ideia era de fazer uma análise desses acontecimentos a partir do momento em que a colonização chegou ao estado do Maranhão – por volta dos anos de 1970 –, todavia, não foram encontrados dados disponíveis para que esse estudo fosse realizado. Em virtude disso, este trabalho se fundamentou em dados a partir da década de 1990, que é quando ocorre a emancipação do município de Buriticupu.

Vale ressaltar, ainda, a dificuldade em encontrar alguns dados de indicadores sociais, como Índice de pessoas vivendo acima da linha da pobreza ou o total de famílias que possuem acesso à eletricidade. Outra questão a ser colocada é quanto ao censo do IBGE, com o resultado do censo sendo lançado somente a cada decênio, alguns indicadores podem se apresentar desatualizados, como é o caso do IDH e o Índice de Gini.

Ainda, é importante evidenciar que o desenvolvimento econômico ou o desenvolvimento agrícola de um determinado lugar não depende somente da situação da região a que faz parte. O Maranhão, que é a unidade estadual dos municípios de Santa Luzia e Buriticupu, tem hoje sua economia dependente em relação ao comércio internacional de produtos primários. Os municípios de Santa Luzia e Buriticupu não se desenvolveram de forma independente, mas o contrário, desde o início dos programas de colonização se mostrou necessária a ajuda de financiamentos do governo e da iniciativa privada.

No primeiro capítulo deste trabalho, pudemos ver como se deu a transformação do mundo feudal para uma agricultura capitalista, cada vez mais visando a modernização dos seus meios de produção. A acumulação primitiva, descrita por Marx, foi o início desse processo. Na transição do feudalismo para o capitalismo, podemos observar dois processos que ocorreram simultaneamente: a expropriação das terras dos camponeses e a proletarização desses camponeses, que agora haviam se transformado em trabalhadores das manufaturas ou indústrias, nesse processo de modernização da agricultura.

O modo de produção capitalista teve sua inserção no Brasil primeiramente no campo. Por muitos anos foi predominante no Brasil um sistema agrícola que era composto por latifúndios, monoculturas e mão de obra escrava, que persistiu até o final do século XIX, como apontou Caio Prado Júnior (1966). Gorender (1994) nos mostrou a sua visão sobre o modo de produção capitalista, indicando que na medida em que a agricultura fosse se incorporando ao capitalismo, ela passaria a fazer parte como um de seus ramos industriais.

Na abordagem sobre desenvolvimento por estágios de crescimento, List (1966) nos apresentou sua visão de que o progresso na agricultura só poderia ocorrer se fosse estimulado pela demanda externa ou pelo impacto do desenvolvimento industrial doméstico, todavia, List considerou o desenvolvimento industrial doméstico como o gerador mais importante para o progresso agrícola.

A chegada do projeto de colonização – que era uma iniciativa do governo militar para transformar terras pouco habitadas ou improdutivas em produtivas – ao Maranhão, tinha o objetivo, segundo Arcangeli (1987) de “ocupar racionalmente as terras improdutivas e devolutas do estado”. Após a aprovação do projeto de colonização no estado, mais precisamente na região de Santa Luzia, muitos colonos passaram a ocupar essas terras, com o intuito de torná-las produtivas.

Todavia, esse processo de colonização acabou não sendo realizado da forma planejada pelo governo. Inúmeros conflitos aconteceram entre camponeses que haviam sido expropriados de suas terras e os empresários/tomadores de terras ilegais. Poucos anos após a sua instauração, o projeto de colonização foi fechado. Embora esse projeto não tenha dado muito certo, serviu como uma introdução da agricultura na região, onde, os colonos que ali continuaram vivendo, desenvolveram plantações agrícolas e até mesmo casas madeireiras.

Como observado nos gráficos 1 e 2, o total de área destinada às plantações e o valor da produção agrícola nos municípios cresceu ao longo dos anos. O projeto de colonização pode não ter alcançado o seu objetivo nos anos

de funcionamento, todavia, a sua herança agrícola está presente nos municípios de Santa Luzia e Buriticupu até os dias atuais.

Com o estudo de alguns indicadores, o PIB e o PIB *per capita* apontaram um crescimento estável, com pouca frequência de quedas. Observou-se ainda, um aumento da população nos anos estudados. O Valor Adicionado Bruto demonstrou um bom crescimento também, embora tenha apresentado um momento de queda no ano de 2010, logo seguido de uma recuperação; o setor da agropecuária foi um dos mais importantes para a nossa análise. Seu ápice crescimento entre os anos de 2007 e 2008 – mostrados nos gráficos 9.1 e 9.2 – confirma os dados do gráfico 2, que apresentou esses mesmos anos como os que os valores das produções agrícolas dos municípios estiveram mais elevados.

Outros indicadores sociais nos apresentaram valores consideráveis para constatar esse desenvolvimento como efetivo. O nível de escolaridade dos municípios aumentou, assim como o número de domicílios que possuem acesso à eletricidade. O percentual de pessoas que vivem acima da linha da pobreza diminuiu ao longo dos anos, uma causa disso deve ser considerada o aumento das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, onde, o objetivo desse programa é atender às famílias que possuem uma renda baixa a ter uma vida melhor.

Todavia, nem todos os indicadores foram favoráveis. O IDH dos municípios mostrou um crescimento tímido, e está longe de ser o ideal. Enquanto que o IDH dos municípios se apresentou com uma média de mais ou menos 0,55, o IDH da unidade federativa foi de 0,727, ou seja, os municípios de Santa Luzia e Buriticupu têm muito o que investir no desenvolvimento humano da sua população ainda. Como dito no início desta conclusão, alguns dados utilizados não são atualizados, em virtude disso, torcemos para que o IDH dos municípios se mostre mais elevado nos próximos censos.

Outro indicador que apresentou um aspecto abaixo do esperado foi o Índice de Gini. Comparando os anos de estudo, pudemos observar que a desigualdade de renda aumentou nos dois municípios, indicando uma concentração de renda nas mãos de poucos, já que, no gráfico 14, observou-se

que mais de 50% da população dos municípios vivem acima da linha da pobreza. Assim como no caso do IDH, esse número do Índice de Gini não é atualizado. Esperamos que resultados melhores se mostrem nos próximos censos.

Para finalizar, concluímos que o programa de colonização contribuiu para a evolução da agricultura nos municípios, já que, as práticas agrícolas mostraram-se estar em um processo de fortalecimento, assim como visto nos gráficos do capítulo 2. Considerando agora o desenvolvimento econômico, podemos concluir que ele também se faz presente nos municípios, todavia, não da forma esperada. Algumas sugestões seriam: melhorar a infraestrutura para escoamento da produção, favorecer o apoio técnico para os agricultores, ampliar a cobertura dos serviços públicos (saúde, educação etc), dentre outros fatores que contribuiriam para o aumento da produtividade e desenvolvimento da região.

Finalmente, se fazem necessário novos estudos com um volume maior de dados, assim como dados mais atualizados dos censos, para que se torne possível uma estimativa mais exata sobre as relações dessa pesquisa. Apesar de conter alguns dados antigos, esse trabalho foi capaz de apresentar relações existentes entre a agricultura e o desenvolvimento econômico nos municípios de Santa Luzia e Buriticupu. Esperamos contribuir para possíveis análises sobre esses municípios.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: STÉDILE, J. P. (Org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre: UFRGS, 1994.
- ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Hucitec, 1988.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de 1994 - Transformações agrárias e conflito social nas áreas de ocorrência do Babaçu. CESE Debate: Coletânea de Textos. N.3, ano IV, maio, p.45-60.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner. B. de 1990 - "O Intransitivo da Transição. O Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia". Maria Fumaça: Caderno de Debates. N.2, Junho, pp 3-16
- ANDRADE, Maristela de Paula - 1990 - "A coletivização nos assentamentos de reforma agrária -uma proposta para os camponeses", Pará Agrário, N° 8, jul-dez,p 124-133
- ARCANGELI, Alberto. O mito da terra: uma análise da colonização da Pré-Amazônia Maranhense. São Luís, UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987
- ASSELIN, Victor. Grilagem, Corrupção e Violência em Terras do Carajás. Petrópolis: Vozes, 1982
- ASSELIN, Victor. **Grilagem:** corrupção e Violência em terras do Carajás. Editora Ética: Imperatriz, 2009.
- BACHA, Carlos José Caetano. Economia e política agrícola no Brasil. São Paulo: Atlas, 2004.
- BARBOSA, Zulene Muniz. **Maranhão, Brasil:** luta de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo. São Luís – UEMA/2006.
- BASTER, N. Measuring development. The role and adequacy of development indicators. London, 1972.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha. In: _____ (Org.). Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 13-68.004.
- BRASIL, Atlas. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/santa-luzia_ma> Acesso em: 17 de novembro de 2018.
- BRASIL, Atlas. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/buriticupu_ma> Acesso em: 16 de novembro de 2018.
- BRASIL, Cidade. Disponível em: <<https://www.cidade-brasil.com.br/microrregiao-de-pindare.html>> Acesso em: 06 de novembro de 2018.

BRASIL, Lei Federal. Disponível em :
<www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm> Acesso em: 04 de novembro de 2018.

BURITICUPU. Disponível em:
<<http://www.buriticupu.ma.leg.br/institucional/historia/historico-do-municipio-de-buriticupu>>. Acesso em 14 de outubro de 2018.

CAIDEN, G.; CARAVANTES, G. R. Reconsideração do conceito de desenvolvimento. Caxias do Sul, 1988.

CARACAS Report on Alternative Development Indicators: redefinig wealth and progress. Indianapolis / New York, 1989.

CARDOSO, Fernando Henrique & MÜLLER Geraldo. *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

COELHO, Carlos Nayro. 70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001). Revista de Política Agrícola, Brasília, Ano 10, n. 3, jul./set. 2001.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. **Assassinatos no campo maranhense**: crime e impunidade (1970-1984), 1986.

COSTA, Wagner Cabral. **Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”**: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/cabral2.pdf> . Acesso em 28/07/2009.

DEEPASK. Disponível em:
<<http://www.deepask.com/goes?page=buriticupu/MA-Agricultura:-Confira-a-producao-agricola-e-a-area-plantada-no-seu-municipio>>. Acesso em: 10 de novembro de 2018.

DEEPASK. Disponível em: <<http://www.deepask.com/goes?page=santa-luzia/MA-Agricultura:-Confira-a-producao-agricola-e-a-area-plantada-no-seu-municipio>>. Acesso em: 09 de novembro de 2018.

DEEPASK. Disponível em:
<<http://www.deepask.com/goes?page=buriticupu/MA-Confira-o-PIB---Produto-Interno-Bruto---no-seu-municipio>>. Acesso em: 09 de novembro de 2018.

DEEPASK. Disponível em: <http://www.deepask.com/goes?page=santa-luzia/MA-Confira-o-PIB---Produto-Interno-Bruto---no-seu-municipio>. Acesso em 10 de novembro de 2018.

DREWNOWSKI, J. Studies in the measurement of levels of living and welfare. [Unrisd Report, n. 70], Genève, 1970.

DREWNOWSKI, J. On measurement and planning the quality of life. Den Haag/Paris, 1974.

FARIA, R. M.; MARQUES, A. M.; BERUTTI, F. C. História. Belo Horizonte: Lê, 1993.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. Políticas Territoriais e a Reorganização do Espaço Maranhense. São Paulo: USP, 2008. Tese de Doutorado. 269 f.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FOLHA DE SÃO PAULO. Arrancada para conquistar o gigantesco mundo verde. São Paulo, 10 de outubro de 1970.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FURTADO, Celso. *O subdesenvolvimento revisitado*. *Economia e Sociedade*, UNICAMP, v.1, n.1, p. 5-19, ago. 1992.

GORENDER, J. *Gênese e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro*. In: STÉDILE, J. P. (org.). **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

GORENDER, J. *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. In: STÉDILE, J. P. (Org.) *A questão Agrária hoje*. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura paulista*. São Paulo: Hucitec, Economia & Planejamento, 1981.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. *O que é questão agrária?* São Paulo: Brasiliense, 1980 (Primeiros Passos).

GRAZIANO DA SILVA, J. F. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

GUIMARÃES, A. P. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GUIMARAES, A. P. **Quatro Séculos de Latifúndio**. São Paulo: Editora Fulgor Limitada, 1963.

IANNI, O. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/santa-luzia/panorama>>. Acesso em: 22 de outubro de 2018.

IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/buriticupu/panorama>>. Acesso em: 21 de outubro de 2018.

IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma>> Acesso em: 27 de julho de 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. *Cadastro de Imóveis Rurais do Maranhão*, 1992.

JOHNSTON, B.F.; MELLOR, J.W. *The role of agriculture in economic development*. *American Economic Review*, vol. 51, n.4, p. 566-93, 1961.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. I volume. Porto: Portucalense, 1972.

LACERDA, Neemias Rodrigues. Políticas territoriais e desenvolvimento em Buriticupu – MA/ Neemias Rodrigues Lacerda – 2014. 118f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, 2014.

LEWIS, A.W. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra. In: AGARWALA, A. N. & SINGH, S.P. **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro. Ed. Forense. 1969.

LIMA JUNIOR, Heitor Moreira. **Colonização de Fronteira Agrícola**: um modelo de desenvolvimento rural. São Luís: PPG/EDUFMA, 1987.

LIST, Friedrich. The National System of Political Economy (Londres: Longmans, Green and Company, 1885; reimpresso por Augustus M. Kelley, Nova Iorque, 1966).

LUNA, Regina , Celi Miranda Reis. A Terra era liberta. São Luís, EDUFMA. 1985.

MARANHÃO. Lei n. 2.979 de 17 de julho de 1969. Dispõe sobre as terras de domínio público e dá outras providências. In: GONÇALVES, M. de F. da C. A reinvenção do Maranhão dinástico. São Luís: UFMA, PROIN, 2000.

MARANHÃO. Lei do Estado do Maranhão nº3.230, de 6 de dezembro de 1971 (governador Pedro Neiva de Santana).

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. Vol. II. 19ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARX, Karl. The so-Called Primitive Accumulation, Part VII em Capital: A Critical Analysis of Capitalist Production, Vol I, ed. Frederick Engels (Moscou: Progress Publishers, 1965).

MCGRANAHAN, D.; SCOTT, W.; RICHARD, C. Quantitative indicators of development. Genève, 1990.

MIRAD/ INCRA 1987 - Política de Assentamento, Brasília. PALMEIRA, Moacir 1994 - “Apresentação”, in ROMEIRO, A, GUANZIROLI, C, LEITE S (orgs) Reforma Agrária - produção, emprego e renda: o relatório da FAO em debate, Rio de Janeiro, Vozes/IBASE/ FAO, p.7-9

MIRANDA, Mariana. O papel da colonização dirigida na expansão da fronteira na Amazônia. In: BECKER, Berta; et al. **Fronteira amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: Editora da UNB; Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1990. p. 47-62.

MORISSAWA, M. **A História Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

PICOLI, F. O capital e a devastação da Amazônia. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PINTO, T. S.s.d. **Origem do capitalismo e fim do feudalismo**. Disponível em: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/origem-capitalismo-fim-feudalismo.htm>. Acesso em: julho de 2018.

PREBISCH, Raúl. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas [1949]. In: GURRIERI, Adolfo (Org.). La obra de Prebisch en la CEPAL. México: Fondo de Cultura Económica, 1982. v. 1.

ROSTOW, W. W. The Economics of Take-off into Sustained Growth (Londres: Macmillan, 1964).

ROSTOW, Walt Whitman. *The Stages of Economics Growth: A Non-Communist Manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

SANTA LUZIA. Disponível em: <<http://santaluzia.ma.gov.br/historia/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2018.

SANTOS, Frednan Bezerra dos; TAVARES, João Claudino. **QUESTÃO AGRÁRIA E VIOLÊNCIA NO MARANHÃO**: grilagem, colonização dirigida e a luta dos trabalhadores. R. Pol. Públ., São Luís, v. 20, n 1, p. 361-382, jan./jun. 2016.

SIDRA, IBGE. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5457#>> Acesso em: 02 de dezembro de 2018.

SILVA, Antônio Rafael da. A Colonização Agrícola de Buriticupu: a história contada por quem viveu. São Luís: Edições EDUFMA, 2015.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. [et al.]. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006.

SILVA, José de Ribamar Sá. Segurança alimentar, produção agrícola familiar e assentamentos de reforma agrária no Maranhão / José de Ribamar Sá Silva. – São Luís, 2006. 203f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, 2006.

SMITH, A. An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations. Dublin, 1976.

SOUSA, Jailson de Macedo. Os efeitos de grandes projetos na pré-amazônia maranhense: uma reflexão através da colonização dirigida. In: XV ENANPUR - Encontro Nacional de Planejamento urbano regional, 2013. Recife-PE. **Anais ... ANPUR**, 2013. CD/ROM. 287 p.

SOUZA, Edison Antonio de. Sinop: História, Imagens e Relatos: um estudo sobre sua colonização. Cuiabá: EdUFMT, 2004, p. 70.

TRIBUZI, J. P. G. Formação Econômica do Maranhão: Uma proposta de desenvolvimento. São Luís: FIPES. 1981.